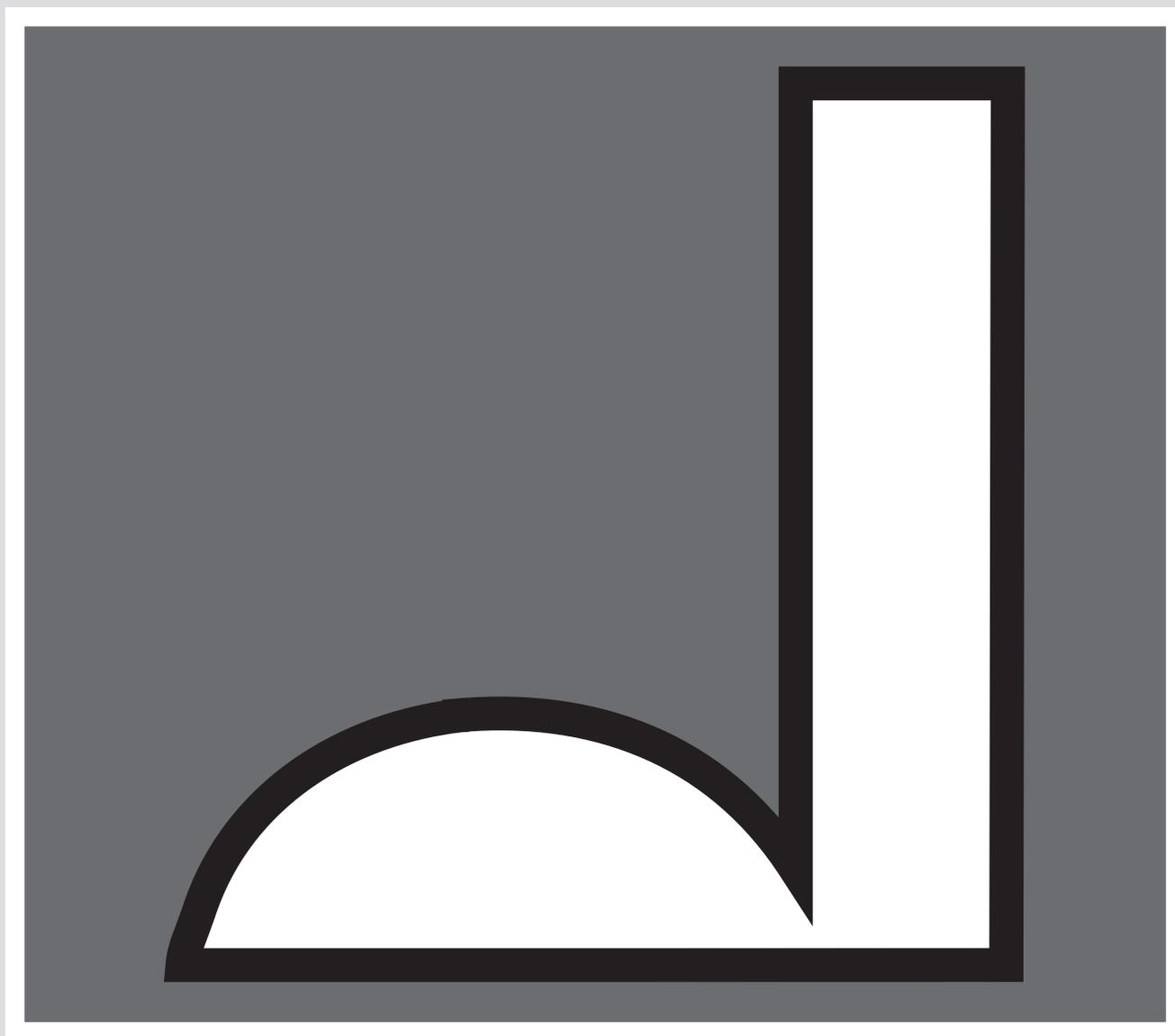




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 066 - SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**  
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**  
João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**

Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**

**1º** - Serys Shlessarenko – PT-MT

**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP

**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR

**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p><b>LÍDER</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) <sup>(5)</sup></p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 21</b> Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) <sup>(6)</sup> Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p><b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PT – 12</b> Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LÍDER</b> José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup></p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 15</b> Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMR – 1</b> Marcelo Crivella</p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Helóisa Helena</p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB <sup>(1)</sup></p>

### EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata <u>Denise Ortega de Baere</u> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
---	---

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005**

<sup>(1)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

<sup>(5)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(6)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 286, de 8 de março de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de maio de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de abril de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 48ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE ABRIL DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 504, 506, 509, 520, 521, 523, 524, 525, 527 e 558, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação..... 13750

Deferimento dos Requerimentos nºs 485 e 486, de 2006..... 13751

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 26 de abril de 2006 e publicação em 27 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 292, de 2006, que altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências (Cessão de uso de bens imóveis urbanos de domínio da União, sob regime de concessão de direito real, para a população de baixa renda). Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 13751

#### 1.2.2 – Leitura de parecer

Nº 411, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências. (Em reexame) ..... 13753

#### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Transcurso, em 1º de maio, do Dia do Trabalho. Considerações sobre os projetos em tramitação no Congresso Nacional que trarão benefícios aos trabalhadores. O desemprego no Brasil. Necessidade de investimentos em Educação. Importância do planejamento familiar. .... 13762

SENADOR ALVARO DIAS – Déficit habitacional no Brasil. .... 13765

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repercussão do discurso do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, durante a solenidade de posse da Ministra Ellen Gracie Northfleet, na Presidência do Supremo Tribunal Federal..... 13767

#### 1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição do artigo intitulado “Responsabilidade no gasto social”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 5 do corrente..... 13768

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Palocci mandou violar sigilo e Mattoso foi cúmplice, conclui PF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 do corrente. ... 13770

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações a respeito do editorial intitulado “Evitou-se o mal maior”, do jornal **Folha de S. Paulo**, publicado em sua edição de 7 do corrente..... 13772

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre a matéria intitulada “Serra tem sua melhor avaliação no cargo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 20 de março último..... 13773

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Ousados brasileiros”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 5 do corrente..... 13775

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Análise da matéria intitulada “Governo quer gastar sem autorização”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 18 do corrente..... 13776

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição do artigo intitulado “O presidente e o caseiro”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 22 de março último... 13778

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 27 de abril de 2006..... 13779

### 3 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)

#### 4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 102, de 2006. .... 13787

**5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 759 a 779, de 2006. .... 13788

**SENADO FEDERAL**

**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

**– 52ª LEGISLATURA**

**7 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**CONGRESSO NACIONAL**

**14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

# Ata da 48ª Sessão não Deliberativa, em 28 de abril de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Sérgio Zambiasi.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2005** (nº 1.817/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Liberalista de Itapiranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiranga, Estado do Amazonas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2005** (nº 574/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rainha das Quedas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2005** (nº 1.668/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Castanho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Careiro, Estado do Amazonas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2005** (nº 698/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Boa Sorte - Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2005** (nº 1.507/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratinga, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2005** (nº 1.642/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Flexeiras - AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flexeiras, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2005** (nº 1.674/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindoeste, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2005** (nº 1.708/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jeremoabo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jeremoabo, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2005** (nº 1.726/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis – Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Figueirópolis, Estado do Tocantins; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 558, de 2005** (nº 1.895/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural das Águas Quentes para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno e, em virtude da pauta encontrar-se sobrestada por medidas provisórias, defere os Requerimentos nºs 485 e 486, de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– O Senhor Presidente da República adotou, em 26 de abril de 2006, e publicou em 27 do mesmo mês e

ano, a Medida Provisória nº 292, de 2006, que altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências (Cessão de uso de bens imóveis urbanos de domínio da União, sob regime de concessão de direito real, para a população de baixa renda).

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 20002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

## Senadores

### Titulares

#### Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

**José Jorge (PFL)**  
**Álvaro Dias (PSDB)**  
**Tasso Jereissati (PSDB)**  
**César Borges (PFL)**  
**Eduardo Azeredo(PSDB)**

#### PMDB

**Ney Suassuna**  
**Garibaldi Alves Filho**  
**Romero Jucá**

#### Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

**Ana Júlia Carepa (PT)**  
**Sibá Machado (PT)**  
**Antônio Carlos Valadares (PSB)**

#### PTB

**Mozarildo Cavalcanti**

#### \*PDT

**Osmar Dias**

### Suplentes

**1.Rodolpho Tourinho (PFL)**  
**2.Demóstenes Torres (PFL)**  
**3.vago**  
**4.vago**  
**5.vago**

**1.Gilberto Mestrinho**  
**2.Gilvam Borges**  
**3.Amir Lando**

**1.Ideli Salvatti (PT)**  
**2.Robeto Saturnino (PT)**  
**3.Fátima Cleide (PT)**

**1.Sérgio Zambiasi**

**1.vago**

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**Deputados****Titulares**PT**Henrique Fontana****Colombo**PMDB**Wilson Santiago****Mendes Ribeiro Filho**PFL**Rodrigo Maia****Roberto Brant**PSDB**Jutahy Junior**PP**Mário Negromonte**PTB**José Múcio Monteiro**PL**Luciano Castro**PSB**Paulo Baltazar**PDT**Miro Teixeira**\*PV**Edson Duarte****Suplentes**1. **Iara Bernardi**  
2. **João Grandão**1. **Benjamin Maranhão**  
2. **Asdrúbal Bentes**1. **Kátia Abreu**  
2. **Luiz Carlos Santos**1. **Bismarck Maia**1. **Benedito de Lira**1. **Luiz Antonio Fleury**1. **José Carlos Araújo**1. **Dr. Ribamar Alves**1. **Álvaro Dias**1. **Jovino Cândido**

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **27-4-2006**
- Designação da Comissão: **28-4-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **2-5-2006**
- Emendas: **até 3-5-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **27-4-2006 a 10-5-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **10-5-2006**
- Prazo na CD: **de 11-5-2006 a 24-5-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **24-5-2006**
- Prazo no SF: **de 25-5-2006 a 7-6-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **7-6-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 8-6-2006 a 10-6-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **11-6-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **25-6-2006** (60 dias)

<sup>5</sup> Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 411, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.**

**(Em reexame, nos termos do Ofício nº 39/2006, do Conselho Nacional de Justiça.)**

Relator: Senador **Ramez Tebet**

**I – Relatório**

Retorna a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2005 (nº 7.405, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Visa o presente projeto a promover a regulamentação de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, uma vez que as funções que são dele objeto foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, e não por proposição legislativa, conforme previsto na Constituição Federal.

A proposição foi aprovada por este colegiado em reunião do dia 31 de agosto de 2005, na forma do Parecer nº 1.648, e seu reexame foi solicitado por despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal datado de 10 de abril de 2006, tendo em vista o Ofício nº 39/GP, de 23 de março de 2006, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminhou cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo CNJ sobre o mérito do projeto sob análise.

Conforme a Certidão de Julgamento do Pedido de Providência nº 120, a decisão daquele órgão sobre a matéria, tomada em sua 15ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 21 de março deste ano, por maioria, foi favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 82/2005.

**II – Análise**

Efetivamente, do ponto de vista formal, a tramitação da proposição sob exame deve ser instruída com parecer do Conselho Nacional de Justiça, conforme determinam os incisos IV e V do art. 88 da Lei nº 11.178, de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências, a LDO para o presente exercício, **verbis**:

Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

.....  
IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição; e

V – o disposto no inciso anterior aplica-se aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em tramitação no Poder Legislativo na data da publicação desta lei.

É importante, entretanto, registrar que não há qualquer omissão no Parecer nº 1.648, de 2005, desta Comissão, uma vez que, quando de sua emissão, em 31 de agosto de 2005, a exigência ainda não vigorava, tendo em vista que a LDO para o presente exercício somente foi publicada no dia 21 de setembro subsequente.

De toda forma, observa-se que o CNJ manifestou-se pela aprovação integral do PLC nº 82, de 2005, conforme a Certidão de Julgamento constante da fl. nº 40 dos autos.

Assim, só nos cabe propor a ratificação da decisão tomada anteriormente pela CCJ, tendo em vista nada mais obstar a aprovação da proposição sob exame, cuja importância é fundamental para que o colendo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região continue a prestar os inestimáveis serviços que vem oferecendo aos seus jurisdicionados e ao nosso grande Estado do Mato Grosso do Sul.

**III – Voto**

Do exposto, manifestamo-nos pela ratificação da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005, na forma do Parecer nº 1.648, de 2005-CCJ, em tudo compatível com a manifestação do Conselho Nacional de Justiça sobre a matéria.

Sala da Comissão, 26 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 82 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/04/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Sen. Ramez Tebet</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-LÚCIA VÂNIA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY <i>Edmar Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET (Relator)	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 05/04/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

**Mensagem de veto**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.**

Art. 88. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta lei, bem

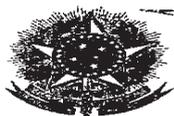
como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição; e

V – o disposto no inciso anterior aplica-se aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em tramitação no Poder Legislativo na data da publicação desta lei.

**DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

*... e os processos do TRIC dejos  
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.  
Em 17/10/06*



*Tiã Viana*  
Senador TIÃO VIANA  
Primeiro Vice-Presidente

*Conselho Nacional de Justiça*

Ofício nº 039/GP

Brasília, 23 de março de 2006.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 82/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Atenciosamente,

*Nelson Jobim*  
Ministro **NELSON JOBIM**  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 120/2005****REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO.****REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.****ASSUNTO: ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER DE MÉRITO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4858/2005, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 88, IV, DA LEI Nº 11.178/2005 (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).****REDATOR DESIGNADO: CONSELHEIRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES**

**EMENTA: PARECER E ANÁLISE DE MÉRITO DO PROJETO DE LEI Nº 82/2005, DE INICIATIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS NO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO. VIABILIDADE TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO ATESTADA PELA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 336, DE 29 DE SETEMBRO DE 2005. MERA REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DO TRT DA 24ª REGIÃO QUE PERDURA DESDE 1991. PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DO ADMINISTRADOR AO CRIAR FUNÇÕES COMISSIONADAS POR RESOLUÇÃO, SEM EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. DÚVIDA FUNDADA, NA ÉPOCA, SOBRE A POSSIBILIDADE DESSA TRANSFORMAÇÃO SER IMPLANTADA POR MEIO DE ATO INTERNO DO PRÓPRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, FACE À MUDANÇA IMPOSTA PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL DE 1988. ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE, NA ÉPOCA, ERA CONSAGRADA NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, SENDO ADOTADA EM VÁRIOS OUTROS TRIBUNAIS REGIONAIS, ATÉ SER DESAUTORIZADA POR ORIENTAÇÃO SUPERVENIENTE. POSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PARECER DE MÉRITO PELA APROVAÇÃO PARCIAL DO PROJETO DE LEI.**

**R E L A T Ó R I O**

O SENHOR CONSELHEIRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES - Trata-se de Pedido de Providências (PP) formulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, destinado à obtenção de parecer de mérito sobre o Projeto de Lei nº 82/2005, em cumprimento ao disposto no art. 88, IV, da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Os Pareceres Técnicos da Comissão criada no âmbito deste

Conselho Nacional de Justiça, colacionados às fls. 33/39 e 57/58, concluem pela aprovação parcial do aludido Projeto de Lei.

Informações complementares foram prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (fls. 41/48).

Em síntese, é o relatório.

#### V O T O

Consta dos autos que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª Região criou, por ato administrativo, 166 (cento e sessenta e seis) funções de confiança, tendo em vista que a Lei 8.431, de 09 de junho de 1992, responsável pela criação daquela Corte, silenciou quanto às funções comissionadas, antigas gratificações de representação de gabinete, as quais eram - e efetivamente o são - essenciais para a composição da estrutura administrativa do órgão.

Da análise dos autos aflora ainda a informação -- já revelada em diversos Pedidos de Providências similares ao presente - de que o Egrégio Tribunal de Contas da União, ao processar inspeção ordinária no TRT da 24ª Região, considerou irregular a criação das funções comissionadas referidas, por ausência da necessária competência normativa, porquanto a matéria está reservada à disciplina legal, na exata conformidade do art. 48, X, da CF de 1988.

Determinou, assim, a Corte de Contas da União a adoção das medidas necessárias à correção do equívoco, conforme Decisão nº 612/96-Plenário e Acórdão 212/2004-Plenário, o que conduziu ao encaminhamento do presente Projeto de Lei.

Assim expostos os fatos, ressalto que, do ponto de vista orçamentário e financeiro, o projeto de lei em comento apresenta plena viabilidade para aprovação, pois o impacto na folha de pagamento já vem sendo absorvido há vários anos, estando plenamente tutelada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, entendo que há viabilidade técnica para a criação das funções, que são destinadas, em sua maioria, ao aprimoramento dos serviços prestados nas Varas do Trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul.

Dentro de tal contexto, impõe-se a regularização formal do ato de criação das Funções Gratificadas por meio de resolução interna, editando-se lei específica para ratificar a ação administrativa levada a efeito.

Anoto que, há vários anos atrás, era prática comum a criação de funções gratificadas no âmbito dos Tribunais por meio de ato administrativo interno.

Essa prática era respaldada no disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 10/71, in verbis:

*"Art. 5º - As funções gratificadas necessárias aos serviços dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário serão criadas nos respectivos Regulamentos ou Regimentos, respeitados os princípios de classificação vigorantes no Poder Executivo."*

Com o advento da Constituição Federal de 1988, restou estabelecido em seus arts. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea b, em suas redações originais, o seguinte:

*"Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:*

*[...]*

*X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas; [...]"*

*"Art. 96. Compete privativamente:*

*[...]*

*II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:*

*[...]*

*b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;*

Travaram-se, na época, algumas discussões jurídicas sobre o alcance dos referidos dispositivos da Constituição, surgindo, então, o entendimento jurídico de que determinadas gratificações não eram cargos, empregos ou funções públicas, porém meras retribuições pecuniárias concedidas ao servidor em razão de atribuições especiais ou condições especiais, motivo pelo qual não estariam abarcadas pelo art. 48, X, da Constituição.

Argumentava-se, também, que o art. 96, II, b, da Magna Carta, não tratava da criação de funções gratificadas, mas apenas de cargos, sendo dispensável a aprovação de projeto de lei de iniciativa privativa dos Tribunais Superiores.

O próprio Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Medida Cautelar na ADI nº 408, Relator Ministro Sydney Sanches, julgada em 06/12/90 e cujo acórdão somente veio a ser



publicado em 20/04/95, referendou, em um primeiro instante, a prática de se criar funções gratificadas por meio de resolução interna. Leio o teor da ementa do referido precedente:

**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N° 07, DE 30.10.1990, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, QUE ACRESCENTOU À LOTAÇÃO DE SEUS GABINETES QUINZE (15) ENCARGOS DE REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 48, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE ATRIBUI AO CONGRESSO NACIONAL, COM A SANÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O PODER DE DISPOR SOBRE CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS. INADMITIDA, A UM PRIMEIRO EXAME, A RELEVÂNCIA DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA AÇÃO, POR NÃO SE TRATAR, APARENTEMENTE, DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS, E, CONSIDERADO O RISCO DE PREJUÍZO A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA, COM EVENTUAL SUSPENSÃO DA RESOLUÇÃO IMPUGNADA, É DE SE NEGAR A MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA".**

A Suprema Corte também editou o Ato Regulamentar n° 26/92<sup>1</sup>, sinalizando para os demais Tribunais do país que era possível a criação de tais funções gratificadas por meio de atos internos.

No âmbito do Judiciário Trabalhista, o Colendo TST, por meio da Resolução Administrativa n° 42/91, declarou a sua competência para criar Funções de Gabinete e, em conseqüência, autorizar o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente a criá-las mediante Atos, bem como fixar a lotação numérica e introduzir alterações na Tabela de Gratificação de Representação de Gabinete.

A prática legitimada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, respaldada também pela área administrativa do Supremo Tribunal Federal, terminou por servir de exemplo para os Tribunais Regionais do Trabalho que, até então, tinham naquela orientação firmada um norte seguro a ser trilhado.

Mas o Plenário da Suprema Corte, instado a se manifestar novamente sobre a matéria, decidiu mudar o seu entendimento inicial, como se infere do precedente firmado nos autos da Medida Cautelar na ADI n° 1732/ES, Relator Ministro Néri da Silveira:

**"EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Resoluções n°s 26, de 22/12/1994; 15, de**

<sup>1</sup> - O art. 3º, do Ato Regulamentar n° 26, de 28 de setembro de 1992, dispunha: "Art. 3º São incluídos, na Tabela anexa ao Ato Regulamentar n° 25, de 16 de setembro de 1991, 07 (sete) Encargos de Supervisão; 20 (vinte) Encargos de Assistente Judiciário e 02 (dois) Encargos de Assistente-Datilógrafo de Gabinete". 

23/10/1997, e 16, de 30/10/1997, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, havendo a primeira criado gratificação de representação correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos da estrutura organizacional do Tribunal, e as demais incluído, entre os beneficiários da gratificação de representação, outros cargos do Tribunal. 3. Alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Necessidade de lei em sentido formal para a criação de vantagens pecuniárias para os servidores do Poder Judiciário. 4. Impossível confundir a iniciativa de lei conferida pela Constituição aos Tribunais mencionados no art. 96, II, com a competência para fixar vencimentos e vantagens a seus servidores sem lei formal. A Constituição não assegura aos Tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores. 5. Medida cautelar deferida para suspender, ex nunc, até o julgamento final da ação, a eficácia das Resoluções n°s 26, de 22/12/1994; 15, de 23/10/1997, e 16, de 30/12/1997, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo."

Lastreada na jurisprudência da Corte Suprema, o Tribunal de Contas da União passou, então, a questionar a legalidade da criação e transformação das funções gratificadas por resoluções internas, negando-se a aprovar as contas de vários administradores.

O próprio TST, após o advento da Lei n° 9.421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, editou a Resolução Administrativa n° 833/2002, cujo art. 5°, parágrafo único, deixou expressamente disciplinado que "Fica vedada, a partir de 26 de dezembro de 1996, por via administrativa, a criação de função comissionada ou a sua transformação com elevação ou redução de nível".

Mas e o que fazer em relação àquelas funções que, anteriormente a tal orientação, foram criadas por ato regulamentar?

Extingui-las, simplesmente, seria uma solução juridicamente fácil, mas extremamente danosa aos interesses da Administração, podendo mesmo inviabilizar a atividade dos vários Tribunais atingidos.

A solução encontrada, e que contou com a própria compreensão do Tribunal de Contas da União, foi a de ratificar esses atos de criação e transformação de funções gratificadas por meio de lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, até porque patente e inequívoca

a constatação de que a situação de nebulosidade jurídica inicial justificava plenamente o agir administrativo concretizado.

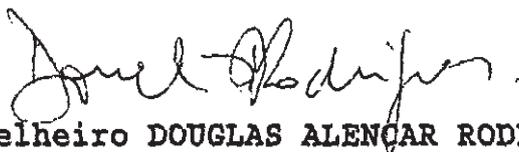
Assim posta a questão, penso que não é o caso de se tecer críticas à conduta dos Tribunais Regionais do Trabalho ou mesmo do Tribunal de Contas da União.

O erro do passado mostra-se plenamente justificável, e a sensibilidade demonstrada pelo Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> em tentar repará-lo de uma forma menos danosa e drástica, ao meu sentir, merece aplausos e elogios.

Em conclusão, Sr. Presidente, embora considere que o Projeto de Lei da Câmara n° 82/2005 deva ser integralmente aprovado, pelos fundamentos expostos e por sua plena viabilidade técnica e orçamentária, acolho a orientação firmada pelo Plenário deste CNJ, por ocasião do julgamento do Pedido de Providências n° 118 (sessão de 31.01.2006), a fim de que seja alterado o texto do art. 2° do referido projeto, editando-se por lei a criação das funções comissionadas, e não "ratificado" o ato administrativo questionado, editado ao arrepio do Texto Constitucional.

É o meu voto.

Brasília-DF., 21 de março de 2006.



**Conselheiro DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES**  
**Relator**

---

<sup>2</sup> - O TCU, quando verificou que houve a criação de funções comissionadas por via administrativa em Tribunais, determinou a estes que se abstivessem de criá-las, mas não puniu os administradores pelos atos praticados: Acórdão 038/2002, Processo TC-425.03/1996-4, TRT 23ª Região; Acórdão 688/2001, Processo TC-600.247/1998-8, TRT 19ª Região; Decisão 424/2001, Processo TC-003.340/1999-6, TRF 3ª Região; Decisão 979/2001, Processo TC-003.150/1997-6, TRT 10ª Região; Decisão 208/1999, Processo TC-003.179/1997-4, TRT 13ª Região; Decisão 088/1999, Processo TC-675.168/1997-0, TRT 20ª Região; Decisão 641/1995, Processo TC-500.170/1992-4, TRF 5ª Região;

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O parecer lido vai à publicação. Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias.

Nestes momentos que antecedem o Dia do Trabalho, o dia 1º de maio, quero inicialmente associar-me às expectativas das palavras do Presidente Lula, que afirmou ontem que o trabalhador brasileiro terá o melhor 1º de maio dos últimos vinte anos. Temos aqui no Congresso alguns projetos que, se aprovados, darão nova perspectiva e nova visão em termos de direitos para os trabalhadores e para as trabalhadoras.

Entre eles destacam-se a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; aumenta para 65% a remuneração do serviço extraordinário; dispõe sobre a não-incidência sobre depósitos e salários nas contas bancárias dos trabalhadores, inclusive nas dos aposentados e pensionistas; institui aviso prévio de 30 dias, acrescido de mais três dias por ano de serviço até o limite de 90 dias; estende o fundo de garantia aos trabalhadores rurais; amplia a licença gestante de quatro para seis meses; obriga o empregador ao pagamento de juros e correção monetária no caso de atraso de pagamento de salários; regulamenta tanto a contratação de trabalho terceirizado quanto o contrato temporário de trabalho.

Entendo, Sr. Presidente, que, aprovados esses dispositivos, realmente tem razão o Presidente. Assim, o trabalhador brasileiro terá efetivamente o seu melhor 1º de maio dos últimos vinte anos. Dia em que todos reverenciamos – é bom sempre lembrar, é importante rememorar e reverenciar – a memória dos operários norte-americanos mortos em maio de 1886, na luta incessante pela dignidade humana; em que precisamos refletir sobre a realidade e os desafios relacionados ao trabalho no nosso País, em que pesem aos avanços conquistados nesse sentido, os quais vêm contribuindo para a melhoria das condições gerais da classe trabalhadora.

Muito ainda falta para que o Brasil seja o que antes apaixonadamente projetávamos como o País do futuro.

Custa-nos reconhecer que uma das grandes economias do mundo ainda não logrou assegurar às classes trabalhadoras um padrão de vida à altura de sua extraordinária importância, na geração da riqueza nacional.

Em que pese aos esforços empreendidos, custa-nos, igualmente, verificar que vimos registrando índices de crescimentos extremamente tímidos, cabe dizer, um dos menores do Continente.

Enquanto isso, países irmãos tiveram ritmo similar ao dos chamados Tigres Asiáticos, aproveitando um contexto favorável de retomada do crescimento da economia mundial e de fatura de dinheiro internacional, a ser emprestado ou investido.

E custa-nos, acima de tudo, verificar que vários dos nossos indicadores sociais permanecem ainda similares aos dos povos mais pobres do mundo. Entre eles, um dos maiores problemas nacionais, mecanismo responsável pelo caos social: o desemprego, grande fator de desagregação da família e da sociedade quando um cidadão é excluído do mercado de trabalho sem boas perspectivas de retorno perde com o desemprego, a sua auto-estima, a identidade social, a cidadania e a dignidade.

É fato que os últimos indicadores relativos ao tema – oriundos de levantamentos do IBGE, Dieese e outros – apresentam movimentos positivos. Mas, é bem verdade também que são reações extremamente tímidas frente ao imenso desafio que temos de enfrentar. São índices inexpressivos frente às necessidades do País.

Alguns indicadores oficiais demonstram que o Brasil ofereceu, no ano de 2004, cerca de 2 milhões de novos postos de trabalho. Todavia, sabe-se que seria preciso gerar perto de 1,5 milhão de novas colocações por ano, apenas para atender ao contingente de jovens que batem pela primeira vez às portas do mercado formal.

Aproximadamente 24% da nossa população, segundo o IBGE, ainda é obrigada a sobreviver com uma renda familiar **per capita** de R\$60,00, menos de um dólar por dia. E como agravante do quadro geral, permanecemos registrando uma alta taxa de desocupação, ainda que a mesma tenha sofrido ligeiras quedas nos últimos três anos, em torno de 1,5 a 2%.

Some-se a isso os desempregados resultantes das sucessivas crises de setores da economia, geralmente trabalhadores com mais de quarenta anos de idade. Na indústria, a exemplo do setor calçadista; na agricultura, pelas sucessivas cheias e estiagens; e, mais recentemente, no setor de serviços, a exemplo da nossa Varig, com seus 11 mil trabalhadores diretos e 150 mil trabalhadores das agências de viagens, em todo o País, que de alguma maneira muitos, em consequência dessa crise, também ficam na iminência do desemprego.

Então, só nesse setor, são 160 mil trabalhadoras, número que justifica toda a mobilização que vem

sendo feita para manter a Varig ativa, evitando uma quebra inclusive no setor do turismo. Apoiamos integralmente o esforço para que se encontre uma solução que venha ao encontro da expectativa desses trabalhadores, para que essa grande empresa da aviação civil brasileira – empresa de concessão pública e, portanto, de responsabilidade também da União –, ultrapasse esse céu de nuvens baixas, sem que sejam feridos os legítimos interesses da administração pública.

Segundo relatório sobre competitividade na América Latina, lançado recentemente pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil cresce a taxas menores do que a maioria dos países do continente. Grande termômetro é a região metropolitana da Capital do meu Estado, Porto Alegre, Capital de um dos Estados com melhor desempenho econômico e melhor qualidade de vida. Dados dos últimos 12 meses do Dieese, da Fundação de Economia Estatística e da Fundação Gaúcha do Trabalho apontam taxas de desemprego oscilando entre 14.1%, em fevereiro de 2005, e 13.6% em fevereiro de 2006. Infelizmente, são indicadores muito tímidos para que possamos nutrir verdadeira esperança. Toda a problemática relacionada com o trabalho, com o desemprego e com o subemprego é uma realidade. E uma de suas faces mais nefastas, que afronta o próprio conceito de humanidade, se manifesta nas crianças, enquanto mercadorias a serviço da prostituição e do tráfico! Nas crianças, vítimas do trabalho escravo, da fome e da ignorância, as quais deveriam, tão-somente, brincar e estudar. Vemos a geração futura do nosso País então seriamente ameaçada, enquanto deveria estar sendo, seriamente, construída, Senador Alvaro Dias.

Tudo isso, nobres colegas, Senadoras e Senadores, tem um nome: injustiça. E como a cada ação temos uma reação, à violência do *apartheid* social no Brasil temos a resposta no alto índice de criminalidade, pois, dialeticamente, ao condenar o outro, o ser humano condena a si mesmo.

Sem dúvida, a maior chaga social brasileira, fruto de um sistema equivocado e tortuoso, é a exclusão pela falta de formação e de escolaridade do povo. Da escravidão da ignorância, que animaliza e embrutece, nasce a fome e a doença, cresce o preconceito, o medo e o ódio.

Nesta era, que é a era da informação e do conhecimento, a educação é moeda forte. E ainda que possa haver dificuldades pontuais, onde há bom nível de escolaridade, não há fome endêmica, e o desemprego e circunstancial.

Por outro lado, onde grassa o obscurantismo, é comum o drama do desemprego e da fome desde o

ventre materno. Mães desnutridas, sem noção de higiene, alimentação e cuidados, dão à luz a crianças em condições sub-humanas.

Segundo recente levantamento, 70% desses bebês serão física e mentalmente prejudicados. Nas regiões mais atrasadas do nosso País, encontramos adultos com capacidade intelectual e estatura física de crianças de 12 anos, muito abaixo do mínimo previsto pela Organização Mundial de Saúde.

E ainda que projetos emergenciais, neste sentido, sejam muito bem vindos, a exemplo do Bolsa Família, definitivamente não irão reverter um quadro crônico de perversidade social. Para o enfrentamento de tamanho desafio, há que se desenvolver políticas públicas cuja profundidade e visão estratégicas sejam permeadas pela perspectiva de uma verdadeira cura para um Brasil agonizante. Por isso, eu tenho afirmado, repetidas vezes, desta tribuna, a importância crucial do planejamento familiar, programa que foi incluído no projeto do Governo mas que, infelizmente, até agora, não foi executado. Com isso, se procura, sim, colaborar para o enriquecimento do debate acerca do tema. Tenho a mais firme convicção de que essa política deve ser uma realidade, principalmente na vida das mulheres de baixa renda, credoras do direito à liberdade de serem donas dos seus destinos, de planejarem as suas famílias em condições de assumi-las com dignidade.

O crescente número de mulheres, chefes de família, hoje, ultrapassando a faixa dos 30%, está inicialmente nas regiões de menor escolaridade e de maior pobreza. São mulheres sozinhas, sem cônjuges, chefes de famílias numerosas com filhos menores de idade, vivendo do subemprego, do biscate ou da sorte.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, a falta de educação, de estudos, de formação e de informação diminui a potencialidade existencial do nosso povo. Historicamente, os países que hoje estão no primeiro mundo só lá chegaram mediante o fomento à educação e à cultura. A Alemanha, que saiu arrasada das duas grandes guerras mundiais, investiu maciçamente nesse setor e hoje, com 82 milhões de habitantes, produz 2,6 trilhões de dólares por ano.

O Japão, igualmente vítima das bombas de Nagasaki e Iroshima, hoje com 128 milhões de habitantes, e podemos dizer, poucos recursos naturais, produz quase 4 trilhões de dólares. Naquele país, 100% das crianças freqüentam os bancos escolares, sendo 98% delas com recursos públicos. Além das matérias tradicionais, recebem formação em economia doméstica, ética e moral e assuntos comunitários, desde o ensino fundamental. Aliam a cultura milenar a tecnologia de ponta e são conscientes de seu papel no mundo.

Num estudo sobre o nível de educação dos norte-americanos, a comissão responsável ficou mal impressionada ao verificar que “apenas” 75% dos egressos do curso colegial estariam adequadamente preparados para fazer um curso de engenharia! Senador Alvaro Dias, tal é o nível de preocupação com a escolaridade naquele país!

No Brasil, 55% da população economicamente ativa não tem mais do que quatro anos de estudo. Quatro anos de estudo para a metade da população trabalhadora do Brasil! O Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional indica que 74% dos brasileiros adultos estão nessa condição. Como enfrentar o mercado de trabalho e garantir salários dignos? Como vamos competir no mundo? Como vamos preservar a nossa democracia?

Se as instituições não se operacionalizam como tal, isto é, se não se convertem em ação responsável, então, estão destruindo a si mesmas. Não adianta serem juridicamente reconhecidas, se não operam com relação às suas responsabilidades e atribuições, não exercem o estado de direito e, se não houver o estado de direito, o discurso democrático é vazio.

Nesse sentido, devemos fazer a seguinte pergunta: a incapacidade de uma criança de 4ª série, de ler com fluência e entendimento, é dela própria ou é do sistema que a ela se impõe?

Ainda temos uma massa populacional à margem do processo de educação de qualidade e de capacitação para o trabalho, mas não por falta de escolas ou metodologias. Esse contingente existe devido a uma realidade social permeada de mecanismos de apartação social.

O Brasil tem recursos e verbas suficientes. Todavia, aplica mal e a população mais miserável, da base da pirâmide, acaba não atendida.

Essa é a tese de um grupo de renomados economistas do país que, recentemente, publicou livros sobre o assunto, mediante o IPEA. Temos um dos sistemas assistencialistas mais robustos entre os países emergentes, mas constituído em parte de programas com foco inadequado, sem incentivos para que as pessoas progridam e saiam do círculo vicioso da pobreza.

Ratificando esta afirmativa, o último estudo do Ministério da Fazenda aponta que cerca de 60% do valor dos gastos sociais fica com os 20% mais ricos da população. Neste sentido, basta que lancemos um olhar sobre a universidade pública, onde parte expressiva dos estudantes universitários é oriunda de famílias com boas condições socioeconômicas em detrimento da colossal base da nossa pirâmide social de estudantes carentes que ficam fora dela.

Cito também o último censo escolar do Ministério da Educação para repasse de verbas às escolas municipais. Estranhamente apareceu uma diferença de 9,7 milhões alunos para menos neste ano em relação ao ano passado. A discrepância dos números está levantando algumas hipóteses, como duplicidade de matrículas, dados incompletos ou fraude.

A falta de visão estratégica no sentido de definir como prioridade a educação e corrigir a má gestão dos recursos públicos está alimentando um quadro de injustiça e desigualdade social. Conseqüentemente, torna-se quase impossível para milhares de jovens e de trabalhadores com experiência obter ou manter empregos com remuneração minimamente digna.

Com enorme convicção, afirmamos que somente o acesso efetivo ao ensino de qualidade poderá reverter a sombria realidade da Nação brasileira, um ensino de qualidade que garanta a todos educação para a vida e para o trabalho, que resgate da escravidão da ignorância brasileiras e brasileiros, porque ela é o verdadeiro algoz do nosso povo! Nesse sentido, devemos reconhecer aqui as iniciativas do ex-Ministro da Educação Tarso Genro e do atual Ministro Fernando Haddad para promover a grande inclusão social através da educação.

E precisamos encontrar fórmulas para encurtar esse caminho, colocando a serviço toda a riqueza cultural e tecnológica, científica e humana de que dispomos, porque não nos faltam escolas, nem metodologias, nem verbas orçamentárias, desde que adequadamente aplicadas.

Devemos seguir nesse sentido com a urgência necessária para produzir tecnologia e alimentos, cultura e informação, para que diminuam os índices de criminalidade e aumentem os indicadores de trabalho e renda. Enfim, para que o nosso País exista livre e soberano, a educação deve ser a palavra de ordem, a exemplo de tantas outras nações que seguiram por esse caminho, um caminho com paisagens de horizontes luminosos.

Segundo declarou o economista Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial, nas páginas amarelas da última **Veja**, o Brasil tem tudo para ser a próxima estrela entre os países emergentes, juntando-se à Índia e à China. Possui instituições sólidas, recursos naturais e gente empreendedora.

Em sua análise, ressalta:

Nos países asiáticos, cada ponto percentual no crescimento econômico significa uma melhora de três pontos na situação da pobreza. No Brasil, essa melhora é de apenas um ponto percentual, o que demonstra que o crescimento econômico, por si só, não resolve o problema da

pobreza. (...) a solução está no investimento maior em recursos humanos, via revolução educacional, em todos os níveis de escolaridade.

Há um consenso mundial sobre isso. E mais, uma experiência mundial bem sucedida nesse sentido. Precisamos assimilar, de uma vez por todas, as imensas potencialidades desse investimento, o investimento no ensino de qualidade em todos os níveis.

A partir daí, terão futuro os filhos do caboclo, os filhos do peão, do bóia-fria. Os filhos dos povos da floresta, dos operários, da empregada doméstica, da camponesa. Terão futuro os filhos e as filhas desta Pátria.

Encerro meu discurso abraçando fraternalmente os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País, reafirmando o compromisso permanente da luta solidária pela igualdade de oportunidades na certeza de que não se constrói uma sociedade pacífica sobre os alicerces da injustiça.

Unindo a perspectiva luminosa de um povo instruído à determinação política para o crescimento econômico, teremos uma nação verdadeiramente apta para o trabalho e um país gerando emprego e renda. Seremos uma potência exportadora e um mercado consumidor de quase 200 milhões de habitantes! Que Deus nos ilumine para trilharmos este caminho!

Muito obrigado, Sr. Presidente Alvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Zambiasi, e peço-lhe que assuma a Presidência. (Pausa.)

*O Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Dando seqüência à sessão desta sexta-feira, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, aproveitando esta paralisia parlamentar própria de uma sexta-feira véspera de um grande feriado, trago de volta o tema que diz respeito ao grande sonho de milhares de brasileiros – sonho, aliás, que para muitos continua sendo um verdadeiro pesadelo –, o sonho da casa própria.

O Presidente Lula é otimista em seu discurso, é ufanista mesmo, e demonstra realmente que não consegue ver muito claramente a realidade do nosso País. Na antevéspera da comemoração do Dia do Trabalhador, o Presidente só vê motivos para comemorar. Eu gostaria que o Presidente ouvisse os trabalhadores brasileiros, inclusive sobre o seu grande sonho de ter a casa própria.

O déficit habitacional continua crescendo, apesar do aumento da oferta de crédito pelos diversos agentes financeiros existentes no País. De acordo com a pesqui-

sa da Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional somou, em 2004, 7,9 milhões de moradias, que correspondem a 15,2% do total de domicílios no País.

Um dado recente nos expõe uma faceta cruel do drama habitacional brasileiro.

No primeiro trimestre deste ano, apenas 43% dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foram investidos na construção de novas moradias de interesse social. A maior parte dos recursos – 57% – foi usada para financiar a compra de imóveis usados e cestas de materiais de construção (reformas).

Nós continuamos insistindo na necessidade de uma política habitacional de verdade em nosso País.

Os números constam do Placar da Habitação que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) divulga todos os meses. O objetivo é acompanhar o fluxo de recursos destinados ao financiamento da habitação no Brasil.

Os recursos do FGTS são utilizados em dois programas de habitação de interesse social: o FGTS e o PAR (Programa de Arrendamento Residencial). Juntos, estes programas destinaram, de janeiro a março, R\$727 milhões para a construção de novas moradias (43%) e R\$974 milhões para aquisição de imóveis usados e financiamentos de cestas de materiais de construção (57%).

Para o presidente do SindusCon/SP, João Cláudio Robusti, esta proporção precisa ser radicalmente invertida. “Só conseguiremos diminuir expressivamente o déficit habitacional quando investirmos pelo menos 75% na construção de novas habitações e 25% em aquisição de imóveis usados e reformas. Quanto mais recursos destinarmos à aquisição de cestas de materiais, mais estaremos estimulando a perpetuação do déficit habitacional, porque o beneficiado de baixa renda melhora sua moradia, mas ela continua localizada em áreas invadidas, de risco ou em favelas”, esclarece. [Ou seja, trata-se de estimular a habitação irregular.]

A opinião do presidente da CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção], Paulo Simão, segue a mesma linha. “O déficit habitacional só será reduzido quando os recursos destinados à habitação de interesse social forem aplicados prioritariamente na aquisição ou construção de novas unidades”, avalia.

No que se refere aos recursos do Programa de Arrendamento Residencial são muito reduzidas as liberações de recursos do programa. De um bilhão e 200 milhões de reais previstos para o financiamento de novas unidades nesse programa, foram aplicados até março passado somente 273 milhões, resultando na edificação de somente 8 mil e 500 moradias de in-

teresse social em todo o Brasil, o que é muito pouco, quando o déficit é de 7 milhões e 900 mil moradias. Portanto, é um percentual irrisório.

O que é mais preocupante, em que pese o Conselho Curador do FGTS ter autorizado a liberação de um bilhão de reais, que junto com os 200 milhões remanescentes do ano passado compõem 1 bilhão e 200 milhões de reais previstos para este ano, é que já estamos em abril e o Ministério da Fazenda até agora não regulamentou a liberação daquela verba. Nesse caso o Presidente da República não pode responsabilizar o Congresso. Deveria responsabilizar o seu Ministro. O ex-Ministro, provavelmente, estava muito preocupado com a possibilidade de ser indiciado – como ocorreu ontem: mais quatro indiciamentos por crimes praticados – e naturalmente não havia tempo para se lembrar do trabalhador de baixa renda que necessita da liberação desses recursos para a construção da casa própria.

Quanto ao novo Ministro, cabe ao Presidente da República justificar sua omissão em assunto de tamanha importância, especialmente porque estamos aí, na antevéspera do Dia do Trabalho, e provavelmente o Presidente estará num palanque armado no ABC paulista, uma bela oportunidade para que ele apresente justificativas sobre esta omissão do Governo em relação à questão essencial para a família do trabalhador que é a moradia.

Por conta disso tudo, uma série de empreendimentos desse programa, do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, em todo o Brasil, que já poderiam ter sido iniciados estão parados. Essa falta de sensibilidade conjugada à ausência de percepção do vetor estratégico representado por uma política sustentável de habitação precisam ser equacionadas.

Gostaria de me valer de um estudo do economista Marcio Pochmann intitulado “Gasto Social e seus Efeitos Recentes no Nível de Emprego e na Desigualdade da Renda do Trabalho no Brasil.”

Como vêem, reiteradamente eu me valho dos estudos desse economista da Unicamp, por considerá-lo politicamente insuspeito, uma vez que prestou serviços ao PT, por exemplo, na administração de Martha Suplicy, em São Paulo. Conforme esse estudo, o estudo mencionado, com base nos diversos tipos de despesas que compõem a totalidade do gasto do Governo Federal, foi possível selecionar somente aquelas que se encontram diretamente associadas à área social. A partir daí, o conjunto do gasto social do Governo Federal em valores de 2006, foi definido por Pochmann, contendo pelos menos oito diferentes tipos de despesas.

Focalizando apenas o item habitação e saneamento, constatamos que o gasto social do Governo Federal, anual, por habitante, referente a esse item, foi de R\$8,49 em 2005. Veja a comparação: em 2001, portanto, no Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, o gasto social referente a esse item de despesa correspondia a R\$18,73. Portanto, de R\$8,49 para R\$18,73.

Em 2003, o gasto social por habitante foi de apenas R\$6,31.

É por essa razão que digo que o Presidente da República é muito otimista no discurso, e seu discurso contraria a realidade. Ele desafia a que comparem a sua gestão, especialmente na área social, com todos os Governos que o antecederam. E chega ao absurdo de afirmar que o Governo dele realiza o maior programa social da História do País. Chega ao cúmulo de afirmar que fez mais do que em quinhentos anos, Senador Heráclito Fortes.

No tocante à política habitacional, a execução orçamentária, no que se refere a investimentos federais, segundo dados do SIAFI, os números são desanimadores. Em 2003, o Programa Morar Melhor pagou efetivamente apenas 2,95 % da dotação autorizada.

E o Governo responsabiliza a Oposição quando não aprova o Orçamento. Ocorre que o Orçamento para o Governo é peça de ficção. Serve para enfeitar as prateleiras do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, para o deleite de alguns estudiosos de economia. Mas a execução é uma lástima. A execução é a consagração da incompetência administrativa do governo Lula. Num setor como esse, de moradia, aplicar apenas 2,95% do que estava, Sr. Presidente, efetivamente destinado para um programa fundamental como o “Morar Melhor”.

Em 2004, no programa “Habitação de Interesse Social”, apenas 21% da dotação autorizada foi efetivamente paga.

Em 2005, no programa “Habitação de Interesse Social”, pagou efetivamente 2,04% da dotação autorizada.

Assim, fica a pergunta: por que o Orçamento? Por que toda essa celeuma em torno da aprovação do Orçamento, se o Governo não tem a competência de executá-lo?

Estou convencido de que uma das pautas da campanha presidencial deverá ser voltada prioritariamente para a formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano: moradia, saneamento, transporte e regularização.

Essa semana nós fazíamos referência ao “conjunto da obra”: análises, estudos, projeções, feitas por nichos de excelência de nosso País.

“Mantida a atual orientação de políticas econômicas e sociais e o conseqüente reduzido crescimento, nenhum dos graves problemas sociais do País ganhará solução adequada, e o Brasil persistirá com suas desigualdades e misérias”.

Esse diagnóstico é do Professor diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

Não há outro caminho: A volta do crescimento econômico é um passo essencial para um processo de melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Na habitação, de acordo com levantamento feito por Marcio Pochmann, o déficit é de quase 11 milhões de moradias. A questão da moradia do brasileiro deve ser alçada ao centro do debate.

Quero, Senador Heráclito Fortes, desejar que neste ano eleitoral os candidatos à Presidência da República assumam compromissos pontuais, mas com respeito à população, deixando de lado as bravatas, as mentiras, as falsas promessas, essa geração de falsa expectativa que termina sempre em frustração. Poderíamos citar o Presidente Lula como o exemplo emblemático, o exemplo maior da frustração para o povo brasileiro e, talvez, o político da nossa História que mais tenha desvalorizado a palavra. Se a palavra do político sempre esteve desvalorizada, certamente nunca esteve tanto quanto agora, especialmente em função de ter na liderança maior do País um homem que difunde a falácia, a mistificação, a mentira, a bravata como instrumentos de sustentação do seu nicho de apoio popular.

Espero – repito – que os candidatos à Presidência da República, de todos os partidos, de todas as origens, possam apresentar propostas com respeito à população brasileira. Propostas com projetos factíveis, que sejam passíveis de realização, especialmente quando disserem respeito ao interesse maior dos trabalhadores do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS.) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Está inscrito para falar o Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero associar-me às palavras do Senador Alvaro Dias, quando aborda, de maneira bem clara, no seu pronunciamento desta manhã, a questão da habitação popular no Brasil. Questão esta que o Governo, pela sua própria origem, teria que ter como priorida-

de. Qual nada. Propagandas, promessas, resultados positivos muito poucos ou quase nada. E o Senador Alvaro Dias teve o cuidado de mostrar para que a Nação toda tome conhecimento que não adianta em nada o Governo acusar a Oposição com relação à questão orçamentária. Porque foi mostrado aqui que não foi por falta de liberação de recursos, como, por exemplo, os do FGTS, que o Governo deixou de cumprir as suas promessas, mas sim por falta de aptidão em administrar a coisa pública. Dinheiro liberado. E a gestão pública não consegue fazer com que as verbas cheguem ao destino, e o prejudicado na realidade é o trabalhador brasileiro.

Mas, Sr. Presidente Zambiasi, estou voltando a esta tribuna para falar da repercussão da posse da Ministra Ellen Gracie, essa conterrânea de V. Ex<sup>a</sup>, que tem impressionado a todos os brasileiros por sua postura como Ministra do Tribunal e que agora assume a sua Presidência.

Vi ontem a revolta por parte de Lideranças desta Casa e da Câmara dos Deputados pelo pronunciamento do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busato. E aí fico impressionado com a falta de memória que toma conta de alguns integrantes do atual Governo.

É bom esquecer alguns fatos, mas esse discurso de Presidente da Ordem dos Advogados já se tornou uma tradição, onde, nessa oportunidade, o dirigente maior dessa entidade, representando o pensamento dos advogados do Brasil, mostra o seu descontentamento. Mas o mais impressionante é que, em posse no Governo passado, o então Presidente Aprobato fez discursos atacando o Governo de então, o Governo Fernando Henrique. Só que, àquela época, criticava, por exemplo, as medidas provisórias; agora, cabe à Ordem dos Advogados criticar o que mais vem causando danos e estragos, não ao Governo, mas ao Brasil, que é a corrupção, os corruptos, os cassados, os que estão impunes e pedir aos dirigentes da nação providências para que se dê cabo a esse tipo de prática. No justo momento em que S. Ex<sup>a</sup> fazia o seu pronunciamento, ex-Ministros da administração atual estavam sendo indiciados por mau procedimento da gestão da coisa pública.

Os ouvidos do PT de ontem, afinados para ouvir críticas da OAB a Governos passados, não estão acostumados nem foram educados para ouvir críticas ao Governo de hoje. E daí passar para agredir e ofender o Presidente da Ordem só vem reforçar a tese que é defendida aqui desde o início de que este é o Governo com vocação autoritária mais definida que tivemos no Brasil nos últimos tempos. O próprio Geisel defendia uma abertura lenta, gradual e segura.

Se este Brasil não tivesse vocação democrática, Sr. Presidente, esse pessoal estaria defendendo um fechamento lento, gradual e seguro, não tão lento como na questão da abertura.

É assim: atabalhoado e sem perspectiva histórica. Vejam os senhores o “mico” que o Presidente Lula e os seus Assessores internacionais pagaram, agora, na questão do Presidente da Bolívia. Fizeram campanha, marcaram posição a favor do Sr. Evo Morales, que, agora, ataca a economia brasileira, expulsa uma indústria privada do seu território e se volta contra a Petrobrás, que tem contrato milionário naquele país. E não se ouve nem uma palavra firme do Presidente da República. Vai ver que ele também não sabe de nada, como, talvez, não saiba nada do que aconteceu ontem no Supremo porque, por incrível que pareça, se abrimos um dos jornais, ele elogia o discurso em que o Sr. Antônio Roberto Buzato\* fez críticas, talvez, que os seus ouvidos tenham dado para aguçar a parte em que o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil critica a Câmara dos Deputados no que se diz respeito à questão da não cassação dos parlamentares que foram condenados pela Comissão de Ética e absolvidos no Plenário. Mas o mesmo discurso que bateu em Chico bateu em Francisco. Atacou a Casa e nós temos, aí sim, que ter autocrítica e chegar a uma conclusão lógica de que, antes de falar para nos agradar, o Presidente da Ordem dos Advogados representa o pensamento de uma importante corrente que faz a opinião neste País.

É uma praxe, é uma tradição. Quero crer que S. Ex<sup>a</sup> cumpriu com o seu dever. Acho até que engrandeceu a posse da Ministra Ellen Gracie, porque o que estávamos vendo aqui, para que o PT estava preparado, na pessoa da sua líder, era apenas enaltecer o fato de que uma mulher assumiu o Supremo. A grande conquista da mulher, na questão do Supremo, na realidade, foi quando empossada como primeira Ministra a chegar àquela corte, por sua competência e por seus trabalhos na área jurídica no Brasil. Assumir a Presidência é uma consequência, que merece de todos nós o respeito e a melhor maneira de começar a respeitá-la é deixar que seja livre o pronunciamento e a manifestação de pensamento dos que aqui tiveram direito ao uso da palavra.

Também falou e também criticou, mostrou as mazelas com que o Governo se defronta o Procurador da República, sentado ao lado do Presidente e que foi por ele nomeado.

Feliz é o país onde o Procurador nomeado pelo Presidente da República e aprovado pelo Senado tem o direito de livremente exercer as suas funções.

Talvez o PT queira que os Procuradores brasileiros sigam o exemplo de alguns países vizinhos, onde não existe a independência de Poderes. O sistema, embora democrático, induz a que o Executivo comande as ações dos demais Poderes.

A cada dia, Senador Zambiasi, estamos vendo que as lições aprendidas na ditadura fizeram com que o brasileiro, cada vez mais, alimente a sua fé na democracia. Ainda bem que o Brasil está maduro, no momento em que vemos lampejos, em toda a América do Sul, de vocacionados para governos ditatoriais, mostrando as suas garras.

Felizmente, o Brasil, por meio de partidos que procuram aos poucos se consolidar, tem a garantia de que, com um Congresso forte, sem violência, como foi a transição brasileira, vai manter por muito tempo esse regime.

Feliz é o país em que o presidente da Ordem dos Advogados critica Poderes, condena a corrupção. Feliz é o país onde, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isso é dito e nada de anormal acontece.

Portanto, penso que, antes de criticar e dar sinais de indignação, o PT devia, em um gesto de humildade, usar os pronunciamentos de ontem para ver se valeu a pena essa caminhada de vinte anos em que se criaram expectativas as mais distintas e as mais diversas para a Nação brasileira. E hoje o Brasil vive mergulhado na corrupção e, acima de tudo, talvez em seu momento de mais firme desencanto e desesperança. Decepção é a palavra hoje em voga por todos aqueles que, ao longo desse tempo, acreditaram nas promessas do Partido dos Trabalhadores de que teríamos anos de progresso, de desenvolvimento e, acima de tudo, de justiça social.

Nada disso aconteceu. O programa da casa própria, mencionado há pouco pelo Senador Alvaro Dias, é apenas uma amostra disso. Mas vamos em frente. O Brasil é forte e, com a ajuda e a determinação de seu povo e de sua gente, vai superar tudo isso e construir um novo amanhã para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS.) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, João Batista Motta e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fa-

zer o registro do artigo intitulado “Responsabilidade no gasto social”, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 5 de abril do corrente.

O artigo, de autoria da secretária de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, trata da importância de critérios técnicos e de justiça social na definição dos programas sociais do governo. Segundo a secretária, “Políticas públicas são custeadas com recursos provenientes de impostos pagos pelos cidadãos. Impõem responsabilidade com o gasto social e reforçam a necessidade de aperfeiçoar os indicadores sociais”.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que o referido artigo seja considerado, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Responsabilidade no gasto social

## MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

*Cientista social, professora da Unicamp e secretária de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, foi secretária de Assistência e Desenvolvimento Social*

**R**ecentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004. Entre outros aspectos, a pesquisa apontou que de cada seis moradias, pelo menos em uma delas um morador sobrevive graças à ajuda financeira de um programa social do governo. No Nordeste, uma em cada três famílias é beneficiada por um programa federal, estadual ou municipal. A partir dos resultados, cabe à sociedade avaliar se os programas são eficientes e atendem efetivamente os mais pobres.

Risco de aproveitamento eleitoral existirá sempre que as ações sociais repetirem os vícios da distribuição assistencialista das cestas básicas, submetidas à manipulação ou triagem político-partidária. O medo de perder benefícios facilita o voto de cabresto. Daí a importância de critérios técnicos e de justiça social amplamente conhecidos pela população. Políticas públicas são custeadas com recursos provenientes de impostos pagos pelos cidadãos. Impõem responsabilidade com o gasto social e reforçam a necessidade de aper-

feiçoar os indicadores sociais. Eles constituem hoje instrumento fundamental para mensurar o padrão de vida da sociedade e contribuem para a tomada de decisões na gestão pública.

Avaliar, monitorar e divulgar os resultados das ações e projetos sociais deve ser um compromisso dos gestores, sob risco de desperdiçar dinheiro com ações que beneficiam pequenas parcelas da população. Nesse aspecto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas desempenhou papel relevante na consolidação dessa nova cultura. Ele reflete de forma sintética um conjunto de indicadores — saúde, educação, renda — cujo impacto na qualidade de vida de um país supera a renda per capita, uma vez que pobreza é mais do que insuficiência de renda. A utilização do IDH se popularizou em nível internacional e no Brasil em todas as esferas. Os prefeitos paulistas, por exemplo, recorrem ao índice como argumento na negociação de recursos para programas e ações de seus municípios. Essa postura indica uma nova visão apoiada em critérios técnicos, em oposição ao clientelismo e à tradição oligárquica.

A avaliação também contribui para maior eficácia das políticas públicas, oferecendo instrumentos transparentes que permitam cobrar resultados. É o que tem

orientado a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, com base em inúmeras pesquisas. O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp aprovou o Cadastro Único, forma de repasse de recursos que permitiu a municipalização das ações, em antecipação ao Sistema Único da Assistência Social, o Suas. Uma organização não-governamental idônea, selecionada por pregão eletrônico, avaliou o programa de estímulo à conclusão do ensino básico, outro programa, o Ação Jovem. Diversas recomendações sugeridas já estão incorporadas ao programa que garante 100 mil bolsas aos jovens de famílias pobres em 644 municípios. Estão ainda em curso as avaliações das creches e das entidades sociais que recebem recursos da secretaria por meio de consultorias independentes.

Encontra-se em processo de licitação o acompanhamento de 2 mil famílias durante dois anos para avaliar que ações sociais mais contribuem para seu desenvolvimento, ou seja, a chamada porta de saída dos programas. E o Banco Interamericano de Desenvolvimento nos apóia na implantação de um sistema de monitoramento e avaliação dos projetos que pode se tornar modelo para a América Latina.

Técnicos da secretaria têm si-

do convidados a expor em outros estados a experiência paulista e participam ativamente das reuniões promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pois o Estado dispõe de um cadastro único que reúne as informações e dados sociais de São Paulo. É o Cadastro Pro-Social, instrumento adotado pelo governo do Rio Grande do Sul, fruto da cooperação entre os dois estados.

Uma rede social integrada por 50 respeitadas fundações empresariais, organizações não-governamentais, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente e o Unicef articula ações numa parceria árdua entre todos os setores. Dispomos assim de condições para identificar, expandir, financiar e integrar as soluções mais eficientes de combate à pobreza. O desafio é envolver a opinião pública no debate que já mobiliza organismos internacionais, universidades e fundações socialmente responsáveis sobre a eficiência e sustentabilidade das políticas. Ele é mais amplo do que classificar essa ou aquela política como assistencialista. Ou reinventar e substituir programas a cada administração. Os cidadãos merecem prestação de contas sobre as ações sociais para apoiar o aperfeiçoamento das políticas cujo foco é reduzir as desigualdades. E não apenas ganhar votos.

*Correio Braziliense 05/04/06*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Palocci mandou violar sigilo e Mattoso foi cúmplice, conclui PF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 6 de abril do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal já concluiu que foi o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci quem determinou a violação do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. Conforme a investigação, Palocci contou com a cumplicidade de Jorge Mattoso, então presidente da Caixa Econômica

Federal, que determinou a subordinados que bisbilho-tassem a conta do caseiro.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

# Palocci mandou violar sigilo e Mattoso foi cúmplice, conclui PF

Polícia diz que ex-ministro usou cargo para obter informação à qual não tinha acesso e com ela perseguir desafeto

**DÚVIDAS**

## Quem é quem

Desde que a violação do sigilo bancário de Nildo foi revetada, e mesmo depois de ser descoberto quem fez parte do processo da quebra, algumas questões continuam sem resposta no caso

<p><b>Francenildo dos Santos Costa</b> Caseiro</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Retrou no Estado que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, frequentava a mansão alugada em república de Ribeirão. Tive o sigilo bancário violado</li> </ul>	<p><b>Antonio Palocci</b> Ex-ministro da Fazenda</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cai sobre ele o mando da quebra de sigilo do caseiro, segundo Mattoso. Palocci afirmou, antecipando a PF, ter participado da violação</li> </ul>
---	--

**?** Quem fez o quê?

**Francenildo dos Santos Costa**  
Caseiro

**Antonio Palocci**  
Ex-ministro da Fazenda

**Jorge Mattoso**  
Ex-presidente da Caixa

**Ricardo Schumman**  
Consultor da Caixa

**Sérvio Mascarenhas**  
Superintendente nacional de Gestão de Pessoas da Caixa

**José Ribeiro de Sousa**  
Gerente de conta da Caixa

**Daniel Goldberg**  
Secretário de Direito Econômico da Justiça

**Cleáudio Alencar**  
Chefe de gabinete da Justiça

**Marcos Netto**  
Ex-assessor de Palocci

**Márcio Thomaz Bastos**  
Ministro de Justiça

**Quem veio depois**

<p><b>Jorge Mattoso</b> Ex-presidente da Caixa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ordenou a violação do sigilo bancário na Caixa e entregou os extratos a Palocci. Pediu demissão do cargo no dia em que depôs à PF.</li> </ul>	<p><b>Ricardo Schumman</b> Consultor da Caixa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi a quem o então presidente da Caixa encaminhou a solicitação de quebra de sigilo de Francenildo. Schumman repassou a ordem a subordinados.</li> </ul>	<p><b>Sérvio Mascarenhas</b> Superintendente nacional de Gestão de Pessoas da Caixa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Recebeu o pedido de Schumman para realizar a quebra de sigilo do caseiro e também encaminhou o pedido.</li> </ul>	<p><b>José Ribeiro de Sousa</b> Gerente de conta da Caixa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi quem acessou e imprimiu os dados de Francenildo. O processo da quebra do sigilo foi feito em um computador portátil.</li> </ul>
<p><b>Daniel Goldberg</b> Secretário de Direito Econômico da Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniu-se com Palocci no dia em que a quebra de sigilo se concretizou. A ele Palocci teria pedido que a PF investigasse Nildo.</li> </ul>	<p><b>Cleáudio Alencar</b> Chefe de gabinete da Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Soubes da investigação, mas não foi à casa do ministro. No dia seguinte, com Goldberg, informou a Palocci que não haveria acusação.</li> </ul>	<p><b>Marcos Netto</b> Ex-assessor de Palocci</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O jornalista estava na casa de Palocci no dia em que houve a reunião com Goldberg e Mattoso. A PF, Netto se manteve calado e não foi indiciado.</li> </ul>	<p><b>Márcio Thomaz Bastos</b> Ministro de Justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi informado por seus assessores da violação do sigilo bancário do caseiro no dia 17, um dia depois de ter ocorrido a quebra.</li> </ul>

Março	24	26	27	28	29	30	31	Abril	2	4
-------	----	----	----	----	----	----	----	-------	---	---

### Vannildo Mendes BRASÍLIA

A Polícia Federal já concluiu que foi o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci quem determinou a violação do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. Para consumar o crime, conforme a investigação, Palocci contou com a cumplicidade de Jorge Mattoso, então presidente da Caixa Econômica Federal, que determinou a subordinados que babilhotas-

sem a conta do caseiro. Palocci e Mattoso já foram indiciados por violação de sigilo funcional e quebra ilegal de sigilo bancário e podem pegar até seis anos de prisão, além de multas.

Em entrevista ao Estado, no dia 14 de março, Nildo revelou que Palocci era frequentador de uma mansão do Lago Sul, em Brasília, na qual lobistas de dinheiro Preto promoviam partidas de pôquer e festas luxuriosas com garotas de programa. O ministro negou mas fo-

ramamente desmentido pelo "jornal" no dia 16, quando Nildo foi à CPI dos Bingos e confirmou as denúncias. A sessão foi interrompida por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) naquele mesmo dia. Palocci seria encoimado a violação do sigilo.

O inquérito do caso será concluído no dia 21, mas a PF acredita já ter desvendado a cadeia de comando da quebra de sigilo. Na denúncia desmascarados Palocci e Mattoso concordaram em co-íssar o cri-

me, mas antes combinaram as versões que apresentariam ao depor. O objetivo era facilitar a defesa e evitar outras acusações, como a de formação de quadrilha. Os dois também teriam se prevenido com a contratação de bancos de advogados renomados, uma delas dirigida por Roberto de Azevedo, ex-presidente da OAB em dos Advogados do Brasil (OAB).

Para a PF Palocci usou o cargo para obter informações a que não poderia ter acesso legal-

mente, usando-a posteriormente para perseguir um desafeto. No depoimento seguinte que prestou anteriormente na sua residência, na Península dos Ministros, no qual o Estado teve acesso, Palocci confirmou que nomeou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Conar), subordinado a ele, para levantar dúvidas sobre movimentações de quantias elevadas na conta do caseiro, com o intuito de forçar a PF a entrar no caso. Uma das preocupações da Polícia Federal agora é definir

responsabilidade pela entrega do extrato de Nildo para a revista Época. O principal suspeito, o jornalista Marcelo Netto, ex-assessor do ex-ministro, usou o direito de ficar calado pa-

ra não levantar prova contra si e não foi indiciado.

A polícia entendeu que não há elemento de convicção, prova material ou mesmo um depoimento que permitam o seu indi-

ciamento. Apesar disso, Netto continuará sendo investigado como principal suspeito do vazamento.

Netto chegou para depor às 8 horas e só deixou a sede da

Polícia Federal três horas depois, sem falar com a imprensa. Seu advogado, Eduardo Toledo, disse que ele confirmou ter estado na casa de Palocci no dia 16 de março, data em que o ex-

ministro recebeu uma cópia do extrato do caseiro e reuniu-se com dois assessores do Ministério da Justiça para tentar colocar a Polícia Federal no encalço de Nildo. ●

## Jornalista levantou suspeita sobre conta do caseiro

Helena Chagas, de 'O Globo', vizinha da mansão usada por lobistas, tem jardineiro que era amigo de Nildo

### BRASÍLIA

Três semanas após a violação do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa, um episódio permaneceu obscuro: a informação de que Nildo teria na conta bancária um valor incompatível com o salário de caseiro. Em seu depoimento à Polícia Federal, o ex-ministro Antonio Palocci começou a esclarecer esse ponto - disse ter tomado conhecimento de que Nildo teria uma quantidade de dinheiro possivelmente suspeita a partir de informação da jornalista Helena Chagas, diretora da sucursal do jornal O Globo, em Brasília.

A declaração de Palocci e a carta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), feita durante a sessão da CPI dos Bingos em que Nildo foi ouvido, pode explicar a origem da suspeita sobre o caseiro, que culminou com a devassa fiscal e bancária.

A jornalista mora numa casa vizinha à que ficou conhecida como a mansão da república de Ebeirão, alugada por ex-assessores de Palocci no Lago Sul, bairro nobre de Brasília. O jardineiro de Helena, conhecido de Nildo, teria comentado com os

patrões sobre o interesse do caseiro em comprar um lote. Já teria, ainda, recebido parte do dinheiro para fechar o negócio - algo em torno de R\$ 15 mil.

Na tentativa de apurar melhor o fato, Helena teria comentado o episódio com o senador Tião Viana (PT-AC), líder do governo no Senado, que repassou a informação a Palocci. Este, então, procurou a jornalista para tentar saber mais detalhes.

Mesmo sem obter qualquer informação a mais, conforme nota formal do jornal O Globo, Palocci deflagrou o processo de violação da conta de Nildo, em operação que ele nega, mas da qual a Polícia Federal tem certeza de que foi o mandante.

A esperança do ex-ministro de que o saído de Nildo provaria que ele recebera para fazer as denúncias que foram publicadas pelo Estado, no dia 14, fez com que acionasse várias instâncias da burocracia do Estado. Foi uma sequência de operações até que o extrato de Nildo fosse parar na redação da revista Época, que divulgou as informações sigilosas.

A revista é a única que de-

tem a identidade do mensageiro de Palocci. Como tem a prerrogativa legal de preservar o sigilo da fonte - e a exercerá, segundo seu diretor, Hélio Gutowitz -, resta tentar a confirmação desses fatos tomando os depoimentos da jornalista, do seu jardineiro e aguardar o pedido de quebra de sigilo dos envolvidos. Para chegar a uma conclusão, a PF vai investigar Palocci, o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso e Marcelo Netto - assessor de imprensa do ex-ministro.

Helena está em férias e, segundo a nota do jornal, é a "foi realmente procurada pelo ministro Palocci, que buscava obter informações sobre uma possível movimentação financeira estranha do caseiro".

"Informa ainda O Globo: "A jornalista disse ao ministro que o jornal tomou conhecimento dessa versão, que circulava em Brasília, mas que não ela não foi confirmada. Por isso, o jornal nada publicou a respeito." Helena e o jardineiro serão convocados para depor. ●

## Ex-dirigente da Caixa nega participação

Segundo Alberto Toron, advogado de Mattoso, ele não divulgou dados

### Fausto Macedo

O advogado criminalista Alberto Zacharias Toron, que defende o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, disse ontem que seu cliente não teve nenhuma participação no vazamento de dados bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. "Não se pode dizer que a entrega dos extratos ao ministro da Fazenda represente quebra de sigilo", afirmou Toron. "Mattoso deixou o envelope com o ministro. Daí para a frente, o que aconteceu eu ignora. O Mattoso não provocou o vazamento, eu reafirmo."

Outra versão é a do ex-ministro Antonio Palocci. "Palocci, por seu lado, diz inicialmente que recebeu os extratos", observou o advogado. "Agora está dizendo que recebeu os extratos e os destruiu em um triturador. Eu acredito no meu cliente." Para o criminalista, "são duas versões que se antepõem". Ele ressaltou que o cargo de ministro da Fazenda "integra o sistema financeiro, representa o sistema, está no cume do sistema".

Toron disse que "ninguém pediu" o Mattoso que abrisse a conta de Nildo. "Ele já respondeu isso a PF. Ninguém pediu, ele é quem tomou a iniciativa. Resolvi entregar os extratos logo que tive o resultado. Foi à casa (de Palocci) e entreguei."

Palocci declarou à PF que no dia 16 de março se encontrou com Mattoso em reunião no Palácio, da qual participaram o presidente Lula e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Após a reunião, Mattoso teria dito que precisava conversar com ele porque havia "assuntos pendentes". Palocci respondeu que teria outra reunião e mais tarde telefonaria a Mattoso.

As 23 horas, o então presidente da Caixa foi à casa de Palocci. "Mattoso chegou com um envelope na mão", disse Palocci à PF. Segundo o ex-ministro, a conversa durou "menos de dez minutos". Falaram sobre instalação de escritórios da Caixa no Japão e nos EUA. "Ele (Mattoso) me pediu apoio e depois me exibiu 3 ou 4 folhas dos extratos da Caixa e disse que eram do caseiro Francenildo." ●

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 7 de abril do corrente intitulado “Evitou-se o mal maior”.

O editorial faz referência à aprovação do relatório final da CPMI dos Correios no último dia 6 do corrente. Segundo o editorial, se por um lado as conclusões do relatório ficaram aquém do desejado, por outro, as opções restantes – o relatório do PT e o fim da CPI sem documento final – seriam piores. Segundo o editorial, “Os petistas, em nome da legenda que arquitetou o arranjo criminoso para captar recursos e pagar a depu-

tados da base aliada, pretendiam negar essa verdade, tornada óbvia pelo acúmulo de evidências”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial da **Folha de S. Paulo** seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**A 2** sexta-feira, 7 de abril de 2006

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUIS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUIS NASSIE, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

## EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

# EVITOU-SE O MAL MAIOR

**N**O DIA em que a maioria da Câmara abonou os desmandos de seu ex-presidente João Paulo Cunha (PT-SP), a notícia de que a CPI dos Correios aprovou o ceme do relatório de Osmar Serraglio (PMDB-PR) evitou a sensação de catástrofe total. Ainda que suas conclusões tenham ficado aquém do desejado — e que a tumultuada sessão de anteontem tenha livrado alguns do indiciamento —, o texto ratificado nem se compara à peça de ficção que o PT tentou emplacar em seu lugar.

Serraglio apenas interpreta objetivamente os fatos quando escreve para endossar na essência a denúncia de Roberto Jefferson: “O esquema comprovado é, nitidamente, um esquema de cooptação de apoio político ilícito”. Os petistas, em nome da legenda que arquitetou o arranjo criminoso para captar recursos e pagar a deputados da base aliada, pretendiam negar essa verdade, tornada óbvia pelo acúmulo de evidências.

Tampouco reflete ilação do relator o desmonte da versão de que o dinheiro do “valerioduto” que abasteceu os parlamentares era proveniente de empréstimos bancários. “Os principais operadores do esquema viabilizaram esses recursos com fon-

tes públicas e privadas”, escreve o peemedebista do Paraná.

As críticas aos trabalhos da CPI dizem respeito à falta de ação para aprofundar as apurações sobre parlamentares. A comissão não quebrou nenhum sigilo de deputado ou senador. Também são criticáveis as manobras ocorridas na quarta-feira que, da relação de indiciados, retiraram, sem mais, nomes como o do vice-governador de Minas, Clésio Andrade (PTB), e o do ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb.

As alterações, contudo, não impedem o Ministério Público e a polícia de preencherem as lacunas deixadas pelas idiossincrasias políticas. Além disso, as duas opções à aprovação do texto algo modificado de Serraglio — o relatório do PT e o fim da CPI sem documento final — seriam piores. Preservou-se, frise-se, o fulcro da narrativa que desvenda a trama.

O conto de fadas de que tudo não teria passado de caixa dois disseminado entre os partidos funcionou no plenário da Câmara, onde o voto secreto é o escudo dos indecorosos. Se viesse à luz e estampasse o relatório final da comissão que passou nove meses investigando as falcaturas, seria a desmoralização completa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Serra tem sua melhor avaliação no cargo”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 20 de março do corrente ano.

A matéria mostra o que a última pesquisa Datafolha avaliou: “O prefeito José Serra alcança seu maior índice de aprovação pela população da cidade de São Paulo depois de completar um ano e dois meses de mandato”. Esta avaliação supera a aprovação das demais gestões na Prefeitura de São Paulo – a partir da de Jânio Quadros – quando elas tinham só um ano de mandato.

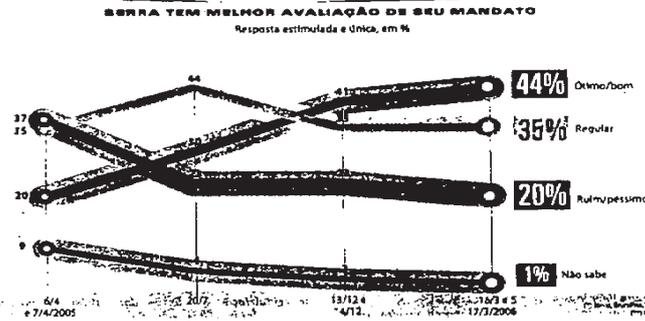
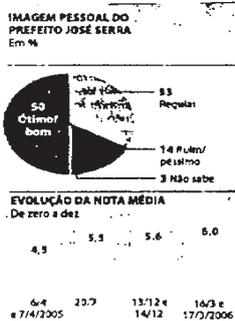
Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**FOLHA DE S. PAULO**



**AVALIAÇÃO DE OUTROS PREFEITOS - APOÓS 1 ANO\* OU 1 ANO E 2 MESES\*\***  
Em %

Governor	Ótimo/bom
Jânio (86-88)	19
Erundina (89-92)	20
Meluf (93-96)	25
Pitta (97-00)	13
Marta (01-04)	15
Serra (05-08)	44

**DATAFOLHA** Pesquisa aponta aumento de 3 pontos na taxa de bom/ótimo da gestão tucana na prefeitura; nota média sobe de 5,6 para 6

**Serra tem sua melhor avaliação no cargo**

O prefeito José Serra (PSDB) alcança seu maior índice de aprovação pela população da cidade de São Paulo depois de completar um ano e dois meses de mandato. Pesquisa Datafolha realizada no final da semana passada apontou que 44% dos moradores paulistas consideravam sua administração ótima ou boa, 35% regular e 20% ruim ou péssima.

Esses são os números mais favoráveis ao tucano desde que ele assumiu a prefeitura, mas com pequenas variações em relação ao levantamento de dezembro do ano passado, quando Serra somava 41% de ótimo/bom, 35% de regular e 23% de ruim/péssimo. A oscilação de três pontos para cima na aprovação e três para baixo na reprovação em relação à última pesquisa fica dentro do limite da margem de erro, mas, de

acordo com a análise do diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino, aliada a outros resultados, pode ser considerada como indicação de uma “discreta melhora”. O levantamento foi feito depois da desistência de Serra de deixar a prefeitura para concorrer à Presidência em 2006 pelo PSDB, em meio a uma disputa no partido travada com Gerardo Alckmin, governador de São Paulo. A nota média atribuída pelos

entrevistados à administração de Serra saltou de 5,6 para 6. A melhoria na avaliação de seu governo ocorreu principalmente entre os que têm renda familiar mensal maior que dez pontos percentuais de ótimo/bom), entre os homens (alta de sete pontos), entre os mais jovens, de 16 a 25 anos (alta de seis pontos), e entre os que têm nível superior de escolaridade (alta de seis pontos). A principal variação negativa se deu entre os moradores com renda de cinco a dez salários mínimos. Nesse segmento, saltaram de 18% para 26% os que consideram a gestão Serra ruim ou péssima. A aprovação geral do prefeito do PSDB mantém uma curva de crescimento a partir do segundo semestre de 2005. Quando tinha apenas cem dias de mandato, a avaliação de Serra pela população era a pior desde a administração Jânio Quadros (1986-1988), sendo considerado bom/ótimo por só 20%, regular por 35% e ruim/péssimo por 37%. A situação começou a mudar em julho, quando a sua aprovação saltou de 20% para 30%. Em dezembro, subiu de novo, para 41%. No 15º mês de governo, a situação é bem diferente da de quase um ano atrás. O desempenho do tucano é superior ao da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) num período equivalente — em 21 de fevereiro de 2002, ela tinha 25% de ótimo/bom, 35% de regular e 38% de ruim/péssimo, contra os atuais 44%, 35% e 20% de Serra. E também supera a aprovação das demais gestões na Prefeitura de São Paulo — a partir da de Jânio

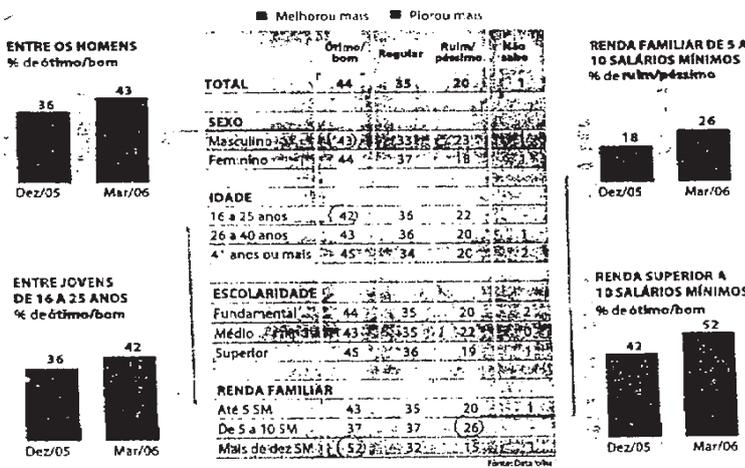
Quadros — quando elas tinham só um ano de mandato.

**Pesquisa fez 1.090 entrevistas com moradores**

A pesquisa Datafolha sobre a avaliação da administração José Serra (PSDB) foi realizada nos dias 16 e 17 deste mês. O instituto fez 1.090 entrevistas com moradores da cidade de São Paulo acima de 16 anos de idade. O levantamento é feito por amostragem estratificada por sexo e idade, com critério aleatório dos entrevistados. A pesquisa tem margem de erro máxima de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95% — isso significa que, se fossem realizados cem levantamentos com a mesma metodologia, em 95 deles os resultados estarão dentro da margem de erro.

**Visibilidade**  
Paulino, do Datafolha, diz não haver elementos na pesquisa para apontar se a decisão de Serra de não disputar a Presidência da República pelo PSDB — que lançou Alckmin na terça-feira passada — teve algum impacto na avaliação dos moradores de São Paulo.

**AVALIAÇÃO DO GOVERNO SERRA POR CATEGORIA**  
Resposta estimulada e única, em %



Uma parcela da população, de qualquer forma, condenava a possibilidade de ele sair do atual cargo com essa pretensão.

Os novos resultados do Datafolha também aparecem em meio à visibilidade de algumas "vitrines" do governo tucano, lançadas ou intensificadas a partir do final de 2005 —ou seja, no intervalo entre a última pesquisa, realizada nos

dias 13 e 14 de dezembro, e a atual.

O programa de recapeamento de ruas e avenidas, por exemplo, já havia começado no segundo semestre do ano passado, porém foi intensificado e teve maior repercussão nos últimos meses.

Ainda que tenha sido alvo de críticas devido a problemas no trabalho realizado em alguns lu-

gares e à falta de sinalização do trânsito, esse tipo de obra no asfalto de mais de 200 km de vias da capital paulista costuma ser visto com bons olhos principalmente por quem anda de automóvel.

Em 30 de dezembro de 2005, Serra também inaugurou uma de suas principais promessas de campanha: a integração do bilhete único dos ônibus nos trens e no

metrô, com tarifa de R\$ 3, inicialmente só em algumas estações.

Por outro lado, a gestão tucana enfrentou uma crise no transporte há duas semanas, com uma paralisação parcial dos motoristas e cobradores de ônibus na madrugada do dia 7, terça-feira.

(ALENCAR ZIDORO)

## Prefeito aruncia novas obras para as marginais

DA REPORTAGEM LOCAL

Aproveitando a inauguração da nova calha do rio Tietê —obra tocada pelo governo do Estado—, o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), anunciou ontem a construção de duas novas pistas nas marginais, algo que cogita desde 2005. "Esse projeto está em pleno andamento", disse ele, citando ainda planos de refazer as al-

Diferentemente do discus-

so até então predominante na gestão tucana, que tratava a obra como uma idéia em estudo, Serra falou ontem como se ela fosse algo consolidado. Segundo ele, as duas novas pistas, uma de cada lado da marginal, terão pedágio e não vão diminuir os espaços das faixas atuais, que não terão a cobrança.

"Eu acho que não tem lugar, mas todo mundo garante que há espaço para fazer uma pista com poucas desapropriações", afirmou. As obras, segundo ele, serão feitas com a ajuda do Estado.

Em viagem aos EUA em 2006, Serra levou a proposta ao BID (Banco Interameri-

cão de Desenvolvimento). A gestão Pitta teve projeto parecido nos anos 90.

Se o governador Geraldo Alckmin valorizou a conclusão da calha, o prefeito deu ênfase ao recapeamento.

"Na marginal Tietê, já investimos R\$ 6 milhões nos pontos críticos de recapeamento e estamos planejando, ainda para este semestre, refazer todas as alças", disse, ressaltando que suas prioridades são educação e saúde.

"O recapeamento não é a coisa mais importante que a prefeitura está fazendo, mas, sem dúvida, é o que mais chama a atenção." "Não estamos fazendo porque é visí-

vel, mas porque é um bem público indivisível."

José Serra afirmou que o governo do Estado ainda deverá investir mais recursos na recuperação do asfalto das vias, além dos R\$ 30 milhões já licitados.

O prefeito, que nadava no rio "barrento" na juventude —e, às vezes, encontrava um "cavalo morto" boiando nas águas—, disse que o saneamento do rio não ficará na memória. "Essas obras, no futuro, provavelmente serão esquecidas, como foram a do Tamisa e a do Sena. São obras que vão ficar incorporadas à paisagem urbana de São Paulo."

(SIMONE MARNIK)

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ousados brasileiros”, publicada na revista **IstoÉ** de 5 de abril de 2006.

A matéria destaca o encontro do caseiro Francenildo dos Santos costa com o motorista Francisco Eriberto Freire que, em 1992, na CPI que apurava a corrupção patrocinada pelo tesoureiro Paulo César Farias, contou sobre depósitos de cheques do tesoureiro PC Farias na conta pessoal da secretária do então Presidente Fernando Collor.

Eriberto expôs ao Brasil a prova da corrupção: PC Farias, com dinheiro sujo, pagava as contas de Collor.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**POLÍTICA**

# OUSADOS BRASILEIROS

ANTONIO CARLOS PRADO E MINO PEDROSA

Catorze anos separam, na história da República do Brasil, o motorista do caseiro. O motorista chama-se Francisco Eriberto Freire França. O caseiro chama-se Francenildo dos Santos Costa. Até a noite da terça-feira 28, o motorista Eriberto conhecia o caseiro Nildo somente pela imprensa. Já o caseiro nem sequer imaginava quem era o motorista - até porque, na época em que Eriberto também foi notícia nacional, Nildo tinha apenas dez anos de idade. Pois bem: na terça-feira eles se conheceram pessoalmente e trocaram um aperto de mão.

Nildo acabara de depor na Corregedoria da Câmara sobre o caso, e a casa, do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. Devido à tensão, acabou apertando forte demais a mão que Eriberto lhe estendeu. Eriberto tentou uma descontração:

- Apertando a minha mão desse jeito, você vai acabar se apaixonando por mim.

Estou tenso, nervoso, cansado de depoimentos, respondeu Nildo.

Eriberto o consolou:

- Eu sei exatamente o que você está sentindo. Já passei por tudo isso também.

Foi em 1992. Eriberto tinha 27 anos de idade e trabalhava como motorista de

Ana Aciolly, secretária particular do então presidente da República Fernando Collor. Numa entrevista a **ISTOÉ**, e depois na CPI que apurava a corrupção patrocinada pelo tesoureiro Paulo César Farias, Eriberto contou sobre os depósitos de cheques do tesoureiro na conta pessoal da secretária. Eriberto expôs ao Brasil a prova da corrupção: PC Farias, com dinheiro sujo, pagava as contas de Collor. Daí veio o *impeachment*. Agora, o caseiro Nildo também foi a uma CPI. E falou sobre a casa em que ele trabalhava em Brasília, a mansão do Lago Sul na qual a “República de Ribeirão Preto” teria montado um “QC de lobby” frequentado, segundo o caseiro, pelo ministro Palocci. Apesar do tempo transcorrido entre um fato e outro **algo une o caseiro de hoje e o motorista de ontem. E algo também os une a uma infinidade de brasileiros. É a honestidade. Uma enquete da Interscience, apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Pesquisa, tinha a seguinte pergunta: “O que o brasileiro mais valoriza?” Eis a resposta: 78% dos brasileiros valorizam, em primeiríssimo lugar, a honestidade.** Quando Eriberto depôs na CPI de Collor, um deputado chamado Roberto Jefferson (ele mesmo, só que então era gordo) lhe

**ISTOÉ EXCLUSIVO**

**Eriberto e Francenildo são apenas dois, entre a esmagadora maioria de brasileiros, que têm a inimitável honestidade**

perguntou se ele estava sendo pago. Eriberto disse não. Jefferson foi em cima: “O senhor está fazendo isso somente por patriotismo?” Eriberto devolveu-lhe a hola com um bico: “E o senhor acha pouco, o patriotismo?” De volta ao presente, **fique-se com três frases de Nildo. A primeira: “Vi no jornal que a polícia estava me procurando. Aí fiquei chateado. Trabalhador vai passar por esse abuso?” A segunda: “Duro é falar mentira, tem de pensar demais. A verdade é fácil”. A terceira frase: “Não foi o lado fraco que ganhou da mentira do ministro (Palocci). Foi o caseiro.”**

Eriberto trabalha atualmente na Radiobrás, mas sofreu perseguições nos empregos anteriores – sem falar em ameaças de morte. Quanto a Nildo, arrombaram o seu sigilo bancário na Caixa Econômica Federal e tentaram transformar em bandido o moço trabalhador –

como ele mesmo disse, ficou “chateado”. Por quê? Porque o brasileiro trabalhador é honesto em sua índole. O modernista Mário de Andrade criou a personagem Macunaima, o herói sem caráter que repetia “ai que preguiça!” e fazia rolo na vida. O escritor Machado de Assis dizia que “a honestidade é como a chita, há de todo preço, até a de meia pataca”. Eriberto, Nildo e a esmagadora maioria de brasileiros são uma espécie de Macunaima do B: são honestos. E para eles não há pataca que compre a honestidade. Querem ver? **Francisco Cavalcante, faxineiro, achou US\$ 10 mil. Devolveu o dinheiro. Carlos dos Santos, gari, achou R\$ 500 mil. Devolveu o dinheiro. Antonio Rodrigues, projetista, achou R\$ 200 mil. Devolveu o dinheiro. Martinho Oliveira, gari, achou US\$ 5 mil. Devolveu o dinheiro. Todos esses brasileiros, honestos, seguem o mesmo velho ditado que uma senhora chamada Benta Costa ensinou ao filho: “Quem rouba um tostão, rouba um milhão.” O filho de dona Benta é o caseiro Nildo.** ■

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a mais nova manifestação de autoritarismo deste governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se da sua proposta de permitir que, enquanto não seja aprovado o orçamento, o governo possa proceder como se o projeto enviado ao Congresso tivesse sido integralmente aprovado.

Essa proposta, constante do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, torna desnecessária a negociação com deputados e senadores. É bom lembrar que nunca o orçamento é aprovado da forma como é enviado ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Governo quer gastar sem autorização”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 18 de abril do corrente, seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**LDO** Regra dispensaria Planalto de negociar aprovação do Orçamento com Congresso

# Governo quer gastar sem autorização

GUSTAVO PATU

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois do atraso recorde no Orçamento deste ano e do uso polêmico de medidas provisórias para liberar verbas, o governo quer liberdade para executar todas as despesas previstas para 2007 sem autorização legislativa.

A regra, ainda desconhecida dos parlamentares, foi incluída no projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o próximo ano, enviado na semana passada ao Congresso. Devido ao último feriado, ainda não há cópias disponíveis para consulta pública.

“Se o projeto de lei orçamentária [de 2007] não for sancionado

pelo presidente da República até 31 de dezembro de 2006, a programação dele constante poderá ser executada até o montante das respectivas dotações”, diz o art. 77. Em outras palavras, enquanto não houver uma lei orçamentária, o governo poderá proceder como se o projeto enviado ao Congresso tivesse sido integralmente aprovado — o que nunca acontece.

No limite, a norma torna desnecessário negociar com deputados e senadores. Para escapar, por exemplo, de uma pressão por determinado gasto, bastaria ao governo obstruir indefinidamente a votação do Orçamento.

Hoje o governo praticamente só pode executar sem Orçamento as

chamadas despesas obrigatórias, caso de pessoal, juros da dívida, benefícios previdenciários e assistenciais. Investimentos e outros gastos não fixados pela Constituição dependem da aprovação do Congresso — e por isso o Planalto tem recorrido às MPs, uma brecha juridicamente duvidosa.

O ministro Paulo Bernardo (Planejamento) disse que a intenção do governo federal não é buscar um confronto com o Congresso sobre o Orçamento. “É uma proposta. Nós queremos evitar um desacerto como o deste ano. Se o Congresso tiver uma alternativa, nós aceitaremos.”

O ministro argumenta que há um vazio normativo em relação

aos atrasos. Na hipótese de governo e Congresso não chegarem a um acordo, nem as estatais com ações negociadas em Bolsas podem realizar investimentos, e nada impede que um impasse se arraste até o final do ano.

A Constituição de 1988 é omissa quanto ao tema, e desde sua aprovação são frequentes os casos de leis orçamentárias aprovadas no ano da execução. O caso mais extremo é o de 1994, quando, em razão do Plano Real, o Orçamento só foi aprovado em outubro. Desde então, o maior atraso é o deste ano. No regime militar, o Congresso tinha três meses para votar a proposta do Executivo. Depois disso, o projeto se tornava lei.

13/04/06  
F. G. P.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O presidente e o caseiro”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 22 de março do corrente ano.

O artigo mostra que “Só com extrema complacência ou ingenuidade em dose cavalariça dá para engolir a pílula da boa fé oficial na azarada manobra para desqualificar o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa”.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# JORNAL DO BRASIL

## O presidente e o caseiro

**VILLAS-BÔAS CORRÊA**  
REPÓRTER POLÍTICO DO JB

**S**ó com extrema complacência ou ingenuidade em dose cavalariça dá para engolir a pílula da boa fé oficial na azarada manobra para desqualificar o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, que injetou sangue novo na veia da CPI dos Bingos com o envolvimento do intocável ministro da Fazenda, Antônio Palocci, nas sujeiras da Casa do Lago, reduto da turma de Ribeirão Preto de múltiplas serventias.

Falando com desembaraço, em tom humilde e respeitoso, o caseiro confirmou que viu, com os olhos da bisbilhotice profissional, umas dez ou vinte vezes o ministro do ninho da luxuosa casa na área da nobreza brasiliense, conservando na memória detalhes como o carro Peugeot prata, útil e rígido pelo ministro, sempre recebido com os salamaleques e reverência e tratado como chefe.

O ministro nega e jura de dedos cruzados que alguma vez tenha estado na casa suspeita. Enfatiza: “Não estive lá nenhuma vez”. Com toda a credibilidade justamente merecida pelo desmentido ministerial, ressalva-se que segredo como este é de levar para o túmulo, não se confessa nem sob tortura.

Aos fatos: aos quarenta minutos do arrasador depoimento do caseiro Francenildo na CPI dos Bingos, a manobra articulada no Palácio do Planalto, com o conhecimento e a lógica aprovação do presidente Lula, reverteu o quadro, em cambalhota mortal: o pedido de liminar, encaminhado às pressas pelo líder do PT, senador Tião Viana e acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, suspendeu a exposição do caseiro e armou um salséio, com desdobramentos e desfecho imprevisíveis.

O governo deu a impressão que encostara a oposição no canto do ringue, sob uma saravada de murros. Além de calar o caseiro, a suspeita de que mi-

lhares de reais foram depositados na sua conta bancária às vésperas do seu comparecimento à CPI foi reforçada pela publicação pela revista *Época*, de extrato bancário, emitido às 20h28m de quinta-feira e comprovam depósitos na sua conta na Caixa Econômica Federal no total de R\$ 38.860,00.

Pois o pirão encaroçou. O sigilo bancário foi quebrado na marra, sem autorização da Justiça. E, por caipora coincidência, na hora em que o extrato foi emitido, o titular da conta estava na Polícia Federal para se inscrever no programa de proteção a testemunhas na esmagadora prova de violação ilegal do seu sigilo bancário.

O pior estava a caminho. O caseiro, com o testemunho da sua mãe, dona Benta Maria dos Santos Costa, desfiou o segredo doméstico que a família preservava. Francenildo é filho do empresário municipal de Teresina, Eurípedes Soares da Silva, que resistira a reconhecer a paternidade no registro civil. Ao fim de longas tratativas, com assistência de advogado, chegou-se a acordo e Francenildo desistiu da ação de reconhecimento de paternidade mediante a doação de R\$30 mil em dinheiro e o restante a ser quitado em parcelas já depositadas na conta do filho na Caixa Econômica Federal.

Em poucas linhas, o resumo de história edificante encurrala o governo, com o PT de contrapeso, na denúncia de montagem de escabrosa trama para calar a testemunha incômoda que revelou a existência de um esconderijo da turma de Ribeirão Preto, às margens do romântico Lago Azul de Brasília, de múltiplos usos e conveniências, seja como alcouce de encontros e farras as trampas da alta e da baixa política. E que entre seus frequentadores de regular assiduidade, destacava-se o reverenciado chefe, ministro Palocci.

As peremptórias negativas do ministro da Fazenda, escoradas na sua credibilidade, aconselham obedecer à regra clássica de exigir apuração exemplar antes da ofensiva exigindo

a sua demissão, negada por Lula.

Mas a mancha indelével na desbotada bandeira vermelha que o PT exibirá na campanha recordará a hipocrisia da legenda popular em seus dourados tempos de requebros esquerdistas pilhada à frente das burlas para desmoralizar o humilde caseiro que atendeu à convocação da CPI para contar o que é, até agora, a sua verdade.

No contra-ataque, a querela entre governo e oposição atolou no pântano da baixaria. No jogo sujo, a pausa para o pitoresco da hipótese levantada a sério pela líder do governo no Senado, senadora Ideli Salvatti, de que o caseiro poderia ter esquecido o seu extrato bancário em algum lugar e mãos prestimosas recolheram a prenda e a encaaminharam à divulgação.

Descomposturas, acusações, suspeiças, exageros, bobagens entre senadores de cabelos brancos e que azedam os debates na CPI dos Bingos não justificam os melindres registrados pela mídia. Simples rotina nos intervalos de atividade na semana de dois a três dias úteis do Congresso convertido ao modelo ético do baixo clero.

Quem tem contas a prestar, e com urgência, além da Polícia Federal, é a Caixa Econômica Federal, informando o resultado da simples sindicância sobre a ilegal quebra de sigilo do caseiro Francenildo, antes que o PT complete a sua lapidação.

Villas-Bôas Corrêa (villasbc@uol.com.br) escreve às quartas-feiras nesta página.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS.) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS.) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 9 horas e 54 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, anuncio que apresentei à Casa projeto de lei que torna obrigatória a oferta da modalidade familiar por parte das operadoras de plano de saúde. Com isso, mesmo aquelas pessoas da família que não sejam dependentes econômicos do titular do plano poderão ser beneficiadas por esse dito plano.

Julgo relevante essa providência. Com o avanço tecnológico, que aperfeiçoa mas encarece os diagnósticos e os tratamentos médicos, muita gente tem mesmo de recorrer a planos de saúde, privados ou de autogestão.

Espero que a Casa promova sobre esse projeto um debate rápido, profícuo, e que possamos enviá-lo à Câmara para que, quem sabe ainda este ano, possa ser aprovado e levado à sanção presidencial. Que o Presidente da República não impeça que vire realidade algo que tem alcance social e que visa a proteger as famílias deste País.

Passo a outro tema.

Em velocidade superior ao tamanho e ao custo da obra, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue em passos largos na tentativa de passar do papel para o que supõe possa ser realidade: o gasoduto “rasga-Amazônia”, já apelidado de “pinelduto” ou “transpinel” e que ontem foi chamado pelo Presidente da Bolívia de “maluquice”.

Para um Governo que continua postergando a construção do gasoduto Coari-Manaus, de apenas 400 quilômetros, o sonho desse quilométrico projeto sugere prudência e, para começar, não pode e não deve ser conduzido à sorrelfa.

Antes de mais nada, Lula tem um passivo que não o recomenda como condutor de grandes projetos.

O primeiro que anunciou, os tais dez milhões de empregos, foi para o brejo. O programa Primeiro Emprego acaba de ser abandonado por não ter decolado – realizou alguma coisa, Senadora Heloísa Helena, como 0,5% daquilo a que se propunha. O tal Banco Popular está no vermelho e dele ninguém se lembra. Mas eu lembro: ele só produziu corrupção e prejuízos para os cofres públicos.

Em matéria de obras, o malogro é mais do que evidente, a começar pelas tão decantadas Parcerias Público-Privadas. E o Ministro Furlan disse que tem de construir pelas PPP, Senador Alvaro Dias, nem que seja uma pinguela! Nós temos de tratar com bom humor mesmo as desgraças à nossa volta. Ontem, em aparte, dizia o Senador César Borges: “É o Governo da pinguela”. Eu digo que é um governo pingueleiro. Montou toda aquela engenharia, dizia que ou nós aprovávamos as PPP aqui ou o Brasil parava, que estávamos atrapalhando os investimentos... Aprovamos as PPP e eles agora querem usá-las para fazer pinguelas! E por aí vai...

A rigor, até hoje o Governo que aí está não disse a que veio. Governa na propaganda e não na realidade. Não disse, mas o Brasil sabe que veio para aparelhar o Estado e para gozar as delícias das mordomias do Poder.

Lula veio também para tumultuar o País. Afaga os invasores de terras que acabaram com a paz no campo, prejudicando o agronegócio, abre a boca para se proclamar o maior de todos e para dizer bobagens e construir frases inconseqüentes, muito apropriadas a quem é pouco afeito ao trabalho duro, constante e sério.

Ontem, no Centro Cultural Banco do Brasil, Lula, sem consultar o desconfiômetro, entendeu de meter o bedelho em terreno alheio, pensando fazer graça aos estabelecer comparações entre o PT do “mensalão”, da corrupção e do aparelhamento, e o PSDB e o PMDB.

Está no **Estadão** de hoje o seguinte. Lula: ‘Ao ver a situação do Alckmin, acho PT tranqüilo’.

Esse é o título da matéria dos jornalistas Leonencio Nossa e Vera Rosa.

No texto, a descabida invasão de Lula em terreno alheio – aspas para o Presidente Lula, uma figura tão perfunctória quanto leviana:

Em clima de campanha eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem à noite que o PT é “um partido tranqüilo” se

comparado ao PSDB do pré-candidato Geraldo Alckmin e ao PMDB do Presidente do Senado, Renan Calheiros (AL). “Quando eu vejo a situação de Alckmin e a angústia do Renan, eu penso: ‘Puxa, até que o PT é um partido tranqüilo’”, comentou. “Antigamente, diziam que só o PT brigava”.

Sua Excelência considera tranqüilo um partido que se envolveu de corpo e alma, pés e cabeça no “mensalão”. O Presidente Lula perdeu completamente a noção do que é a boa moral para a política.

Vamos continuar.

Primeiro de tudo, o PSDB dispensa análises fajutas do nosso Presidente. Estamos muito bem e não nos agradam más companhias. E o PT não é boa companhia. Ele fique para lá e nós, para cá. É o nosso sincero desejo.

Ademais, faltou o Presidente explicar por que “o PT é um partido tranqüilo”.

Encontro a resposta num *e-mail* que recebi esta manhã, vindo de Curitiba – a terra de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias –, assinado por Horacílio Volpe e que, em síntese, aponta um Presidente que demonstra não conhecer e de nada saber, muito menos o que acontece ou aconteceu no PT. Ele deve achar o PT tranqüilo porque, com certeza, ignora a corrupção em que se enfiou esse partido. O Presidente Lula é uma espécie de Bela Adormecida, uma espécie de Alice no País das Maravilhas: só vai acordar quando receber o beijo do príncipe encantado.

Como nas vezes anteriores, em que Lula fingia de nada saber sobre os escândalos da corrupção nascidos à sua volta, é provável que agora também esteja fingindo. Quer passar, na melhor das hipóteses, por um Presidente alienado. Sabemos que ele não tem nada de alienado, é um Presidente espertíssimo, que sabe de tudo.

Volto ao “pinelduto” do Coronel Chávez, que é o Líder do Presidente Lula, para ler um ou dois trechos do principal editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**:

Na reunião com os presidentes da Argentina e da Venezuela, ontem, Lula deu seu aval à continuidade dos projetos de viabilidade do megalômano Gasoduto Venezuela-Mercosul...

...E o Presidente Lula segue o script feito por Chávez, assim como vai permitindo que a Petrobrás e outras empresas brasileiras sejam

espoliadas na Bolívia. Antigamente, dava-se a isso o nome de crime de lesa-pátria.

Quem diz isso é o jornal **O Estado de S. Paulo**, com o qual concordo. Para mim, isso é mesmo lesa-pátria. Essa atitude do Governo do Presidente Lula é de lesa-pátria sim.

E mais:

Sem ter quem contrarie suas iniciativas, com firmeza e serenidade, o coronel Hugo Chávez vai ampliando sua influência pela região, usando generosamente” – e eu diria, acrescentando ao editorial de **O Estado de S. Paulo**, irresponsavelmente, de maneira predatória – “os dólares do petróleo.

Portanto, ele também lesando os interesses do seu País, do povo venezuelano. “E com isso” – volto ao **O Estado de S. Paulo** – “cria um ambiente de instabilidade tanto para a economia regional quanto para o relacionamento político harmonioso que vinha marcando o cenário sul-americano”.

“[...] O presidente Chávez vem ao Paraná e incita a desordem civil no Brasil? Lula se cala diante do insulto à soberania nacional”.

Amigo é para se gostar, é o que ele imagina.

Encerro com uma advertência: o PSDB quer ver essa idéia às claras. Vamos acompanhar.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que inclua o editorial intitulado “Lesapátria”, do jornal **O Estado de S. Paulo**, nos Anais da Casa, e, ao mesmo tempo, o resumo que faço do projeto de lei que apresentei, oferecendo para as famílias a possibilidade de elas, enquanto grupo familiar, serem cobertas, protegidas por plano de saúde.

Perdi minha mãe há muito pouco tempo, como V. Ex<sup>a</sup> sabe. Ela tinha a cobertura de um bom plano de saúde e do Senado Federal, que é uma cobertura bastante generosa. Ela era viúva de um Senador e mãe de um Senador. Posso dizer com muita certeza que minha mãe teria morrido antes, se ela não fosse viúva de um Senador e mãe de outro Senador. Teria morrido antes. Evidentemente, fiz tudo que estava ao meu alcance.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

## **Lesapátria**

Em menos de 48 horas, quatro presidentes de países sul-americanos estiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E esse é um sinal de que as coisas andam mal na região. O objetivo principal da política externa de Lula é a montagem de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, baseada em duas estruturas preexistentes: o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. O Mercosul, nesses três anos e meio de governo do PT, perdeu vitalidade em meio a querelas sobre tarifas alfandegárias e protecionismos e agora sua sobrevivência está por um fio, dependendo de como se resolve a "crise das papeleras" entre Argentina e Uruguai. Já o Pacto Andino, que nunca teve muito dinamismo, agora está ameaçado de dissolução pela ameaça do coronel Hugo Chávez de retirar a Venezuela do bloco.

Se o Mercosul se arrasta e se o Pacto Andino está nos estertores, como poderia a Comunidade Sul-Americana de Nações - a soma dos dois blocos - surgir como um poderoso organismo político e econômico, capaz de fazer frente a toda e qualquer iniciativa política e comercial dos EUA, a potência a hostilizar? Primeiro para tentar evitar que os conflitos entre os países da região se tornassem um obstáculo intransponível e, depois, diante da iminência do fracasso cabal de uma das principais iniciativas da diplomacia petista, o presidente Lula adotou a tática da conciliação a qualquer custo. O presidente Kirchner exige a criação de salvaguardas para proteger alguns setores da economia argentina? Lula concede. O presidente Chávez vem ao Paraná e incita a desordem civil no Brasil? Lula se cala diante do insulto à soberania nacional.

O resultado é que todos os países da região, cada um à sua maneira, estão defendendo o que os governantes de turno entendem ser os respectivos interesses nacionais. Menos o presidente Lula. Em sua política de apaziguamento, ele e seus conselheiros se desdobram para entender as razões que têm levado os governos da Argentina, da Bolívia e da Venezuela a assumir posições claramente contrárias aos interesses brasileiros - e com isso esquece que foi eleito para defender o interesse nacional, e não para arranjar justificativas para o populismo neoperonista de Kirchner, o nacional-populismo de Chávez e o populismo indigenista de Evo Morales.

Essas manifestações de populismo rastaquêra têm de ser contidas, e não incentivadas pelo apaziguamento. Sem ter quem contrarie suas iniciativas, com firmeza e serenidade, o coronel Hugo Chávez vai ampliando sua influência pela região, usando generosamente os dólares do petróleo. E com isso cria um ambiente de instabilidade tanto para a economia regional como para o relacionamento político harmonioso que vinha marcando o cenário sul-americano.

Hugo Chávez acha-se no direito de determinar o comportamento de países soberanos. Há dias, deu um ultimato aos presidentes do Peru e da Colômbia: se não reconsiderarem os acordos de livre comércio assinados com os EUA, a Venezuela se retirará do Pacto Andino. É pesporrência pura. Como observou o presidente Álvaro Uribe, em sua breve visita a Brasília, na terça-feira, Chávez vende petróleo aos EUA, mas não quer que a Colômbia tenha o mesmo mercado para seus produtos agrícolas e manufaturados. Além disso, Chávez não demonstrou nenhuma preocupação com a integridade do bloco andino quando pediu ao Mercosul que o aceitasse como sócio pleno, sendo óbvio que, para aceitar o regime tarifário do Mercosul, a Venezuela teria de deixar o bloco andino.

Na reunião com os presidentes da Argentina e da Venezuela, ontem, Lula deu seu aval à continuidade dos projetos de viabilidade do megalômano Gasoduto Venezuela-Mercosul. Está associando o Brasil, sem avaliar direito as conseqüências, a um empreendimento no qual Chávez - que não garante ambiente propício às empresas instaladas na Venezuela - será o sócio leonino. O coronel propõe que se construa o maior gasoduto do mundo, atravessando regiões inóspitas, a um custo equivalente a uma vez e meia o que custou a Hidrelétrica de Itaipu e não se digna revelar aos sócios em perspectiva informações fidedignas sobre as reservas que colocará à disposição, nem a se comprometer com o fornecimento firme do gás. E o presidente Lula segue o script feito por Chávez, assim como vai permitindo que a Petrobrás e outras empresas brasileiras sejam espoliadas na Bolívia. Antigamente, dava-se a isso o nome de crime de lesa-pátria.

(O ESTADO DE S.PAULO, Quinta-feira, 27 abril de 2006)

ARTHUR VIRGÍLIO PROPOZ  
A OBRIGATORIEDADE DE  
PLANO DE SAÚDE FAMILIAR

Projeto de lei hoje apresentado no Senado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), torna obrigatória a oferta da modalidade familiar por parte das operadoras de plano de saúde. Com isso, mesmo aquelas pessoas da família que não sejam dependentes econômicos do titular do plano poderão ser beneficiadas pelo plano.

A providência, segundo o senador, é importante porque, com o avanço tecnológico, que aperfeiçoa mas encarece os diagnósticos e os tratamentos médicos, muita gente tem de recorrer a planos de saúde, privados ou de autogestão.

De acordo com a proposição, caberia à Agência Nacional de Saúde Suplementar definir os graus de parentesco para inclusão no plano familiar, ficando, porém, assegurada “a inclusão de, no mínimo, cônjuge, companheiro ou companheira, pai, mãe, padrasto, madrasta, filhos, enteados e menores sob guarda judicial ou tutela do titular ou do seu cônjuge, companheiro ou companheira”.

“A Lei dos Planos de Saúde -- explica o líder tucano -- faculta às operadoras do setor ofertar quatro modalidades de planos: individual, familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão. Como não há obrigação, nem sempre elas oferecem todas as modalidades.”

O plano familiar, diz Arthur Virgílio, com as contraprestações pagas pelos próprios beneficiários, diminui os custos e permite a inclusão, no plano, de pessoas da família do titular que hoje dele não podem participar por não serem dele economicamente dependentes.

Pontuação

Comum. de Liderança

Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Em velocidade superior ao tamanho e ao custo da obra, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue <sup>o</sup>com passos largos na tentativa de passar do papel para o que supõe possa ser realidade o “gasoduto” *rasga-Amazônia*, já apelidado de “*pinelduto*” e que ontem o Presidente da Bolívia chamou de “*maluquice*”.



Ontem, no Centro Cultural Banco do Brasil, ele, sem consultar o desconfiômetro, entendeu de meter o bedelho em terreno alheio, pensando fazer graça ao estabelecer comparações entre o PT do Mensalão, da corrupção e do aparelhamento, e o PSDB e o PMDB.

Está no *Estadão* de hoje:

**Lula: 'Ao ver a situação do Alckmin, acho PT tranqüilo'**

Esse é o título da matéria dos jornalistas Leonencio Nossa e Vera Rosa.

No texto, a descabida *invasão* de Lula em terreno alheio:

*Em clima de campanha eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem à noite que o PT é "um partido tranqüilo" se comparado ao PSDB do pré-candidato Geraldo Alckmin, e ao PMDB do presidente do Senado, Renan Calheiros (AL). "Quando eu vejo a situação do Alckmin e a angústia do Renan, eu penso: 'Puxa, até que o PT é um partido tranqüilo'", comentou. "Antigamente, diziam que só o PT brigava."*

Primeiro de tudo, o PSDB dispensa análises fajutas de Lula. Estamos muito bem e não nos agradam más companhias.

E, ademais, faltou o Presidente explicar por quê *o PT é um partido tranqüilo?*

Encontro a resposta num e-mail que recebi esta manhã, vindo de Curitiba, assinado por Horacílio Volpe e que, em síntese aponta um Presidente que demonstra não conhecer e de nada saber, muito menos o que acontece ou aconteceu no PT.

Como nas vezes anteriores, em que Lula fingia de nada saber sobre os escândalos e da corrupção nascidos a sua volta, é provável que agora também ele esteja fingindo. É o Presidente alienado.

Volto ao pinelduto do Coronel Chávez, para ler um ou dois trechos do principal editorial de hoje de *O Estado de S.Paulo*:

*“Na reunião com os presidentes da Argentina e da Venezuela, ontem, Lula deu seu aval à continuidade dos projetos de viabilidade do megalômano Gasoduto Venezuela-Mercosul...”*

*... E o presidente Lula segue o script feito por Chávez, assim como vai permitindo que a Petrobrás e outras empresas brasileiras sejam espoliadas na Bolívia. Antigamente, dava-se a isso o nome de crime de lesa-pátria.”*

E mais:

*“Sem ter quem contrarie suas iniciativas, com firmeza e serenidade, o coronel Hugo Chávez vai ampliando sua influência pela região, usando generosamente os dólares do petróleo. E com isso cria um ambiente de instabilidade tanto para a economia regional como para o relacionamento político harmonioso que vinha marcando o cenário sul-americano”*

*“...O presidente Chávez vem ao Paraná e incita a desordem civil no Brasil? Lula se cala diante do insulto à soberania nacional.”*

Amigo é para se gostar...

Encerro, com uma advertência: O PSDB quer ver essa idéia às claras. Vamos acompanhar.

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 102 , DE 2006**

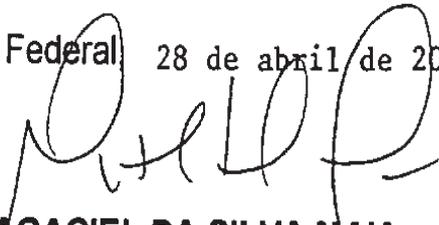
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar pelo prazo de 90 (noventa) dias, a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 58, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ajustes operacionais que possibilitem garantir a confecção de novos produtos de trabalho no âmbito da Secretaria de Comunicação Social, inclusive, viabilizando a introdução de instrumentos de transmissão de informações que atendam e aproximem os trabalhos legislativos com a população em geral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2006.

Senado Federal, 28 de abril de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 759 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004305/06-0,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 499, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3445, de 22/03/2006, que nomeou **WILSON ANTÔNIO DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



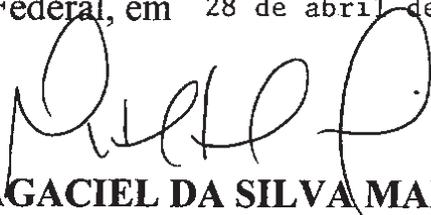
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 760 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.342/06-0**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



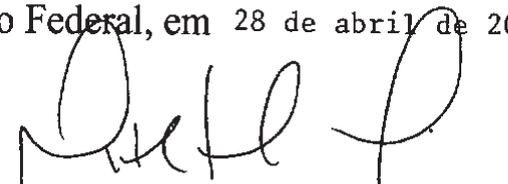
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 761 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.278/06-0**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ÂNGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO**, matrícula n.º 187760, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



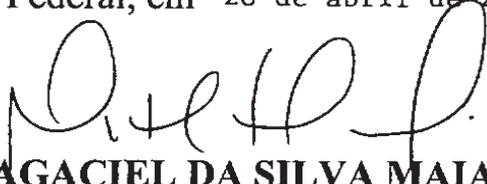
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 762 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.279/06-6**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ EDUARDO MARZAGÃO**, matrícula n.º 182774, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

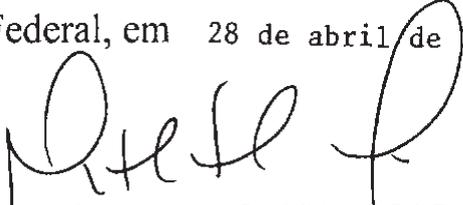
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 763 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006228/06-2**,

**R E S O L V E** alterar a lotação da servidora **ROSILENE GOMES DA SILVA**, matrícula nº 191556, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti para o Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



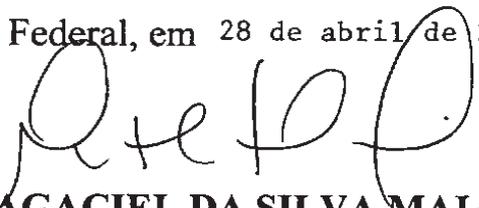
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 764 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.375/06-5**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABÍOLA DE MENEZES SALOMON**, matrícula n.º 192457, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

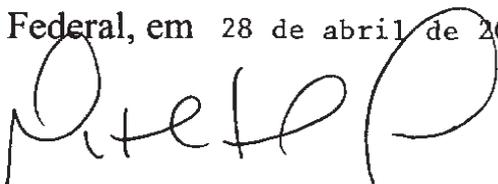
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 765 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.374/06-9**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRÍCIA DE OLIVEIRA NÓBREGA**, matrícula n.º 187048, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

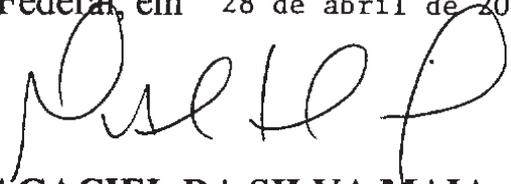
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 766 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.373/06-2**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO FRANÇA CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



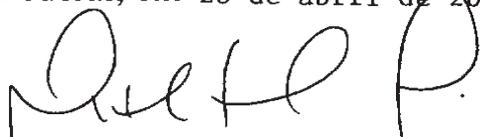
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 767 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **006226/06-0 e 006376/06-1**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **VALDIRENE SALES PORTO**, matrícula n.º 178928, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti para o Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

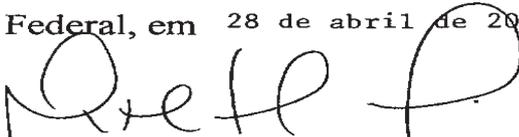
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 768 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.231/06-3**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARINES BIASI**, matrícula n.º 185015, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

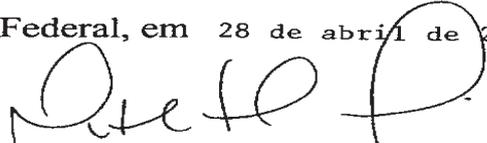
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 769 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.236/06-5**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **CLEUSA MARIA ANTUNES MEURER**, matrícula n.º 175137, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

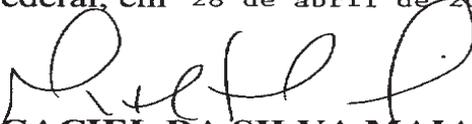
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 770 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.232/06-0**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANESSA AMORIM MILIOLI BITTENCOURT**, matrícula n.º 175137, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

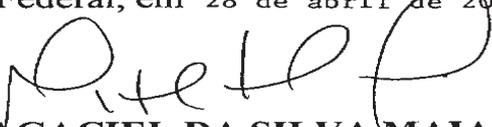
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 771 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.229/06-9**,

**R E S O L V E** alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELIANE BOEING**, matrícula n.º 178886, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.

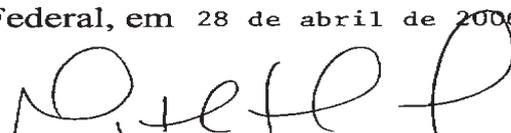
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 772 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006233/06-6**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ ADELIR DIAS**, matrícula n.º 186068, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



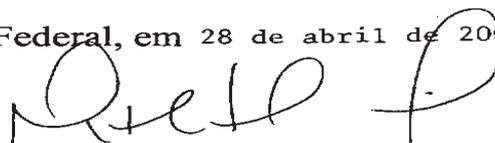
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 773 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006234/06-2**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **LUIZ CARLOS RIBEIRO DO PRADO**, matrícula n.º 183444, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



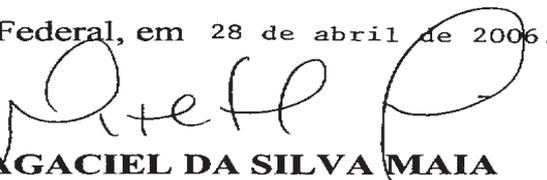
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 774 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006227/06-6**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **ALESSANDRA APARECIDA GARCIA**, matrícula n.º 183419, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, e sua respectiva lotação, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti para o Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



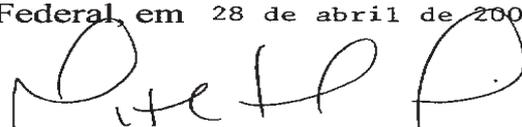
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 775 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006225/06-3**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA VICTÓRIA HERNANDEZ**, matrícula n.º 195288, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Secretário Parlamentar e sua respectiva lotação, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti para o Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



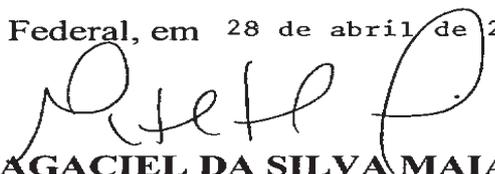
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 776 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.235/06-9**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **CLAUDIONOR DE MACEDO**, matrícula n.º 190997, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



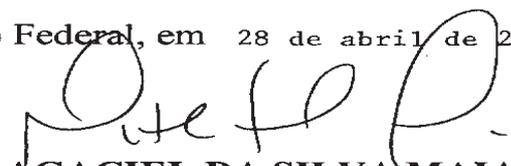
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 777 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006.230/06-7**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **ARMANDO DISPÓSITO JÚNIOR**, matrícula n.º 183377, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



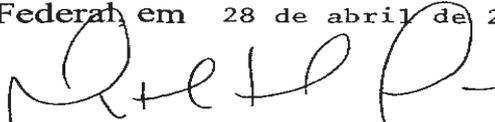
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 778 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006005/06-3**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA MARIA SILVA MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



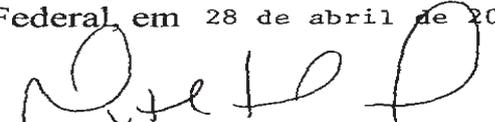
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 779 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005784/06-9**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WANDERMILSON JESUS GARCÊZ DE AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 28 de abril de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza\*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros\*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna\*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PMDB – Gerson Camata\*\*  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen\*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotônio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves\*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias\*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
BLOCO-PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 18.4.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995  
**2ª Designação:** 30.06.1999  
**3ª Designação:** 27.06.2001  
**4ª Designação:** 25.09.2003  
**5ª Designação:** 22.03.2005  
**6ª Designação:** 20.04.2005  
**7ª Designação:** 16.05.2005  
**8ª Designação:** 16.05.2005

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARE(S)</b>	<b>SUPLENTE(S)</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b>	<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>PAULO R. TONET CAMARGO</b>	<b>SIDNEI BASILE</b>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b>	<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b>	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	<b>MÁRCIO LEAL</b>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b>	<b>STEPAN NERCESSIAN</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b>	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>ARNALDO NISKIER</b>	<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b>	<b>PHELIPPE DAOU</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b>	<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b>	<b>PAULO MARINHO</b>

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002  
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO E DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)
<b>PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

### DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS**